

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

FLÁVIA INÊS SCHILLING

MEMORIAL

SÃO PAULO

2012

FLÁVIA INÊS SCHILLING

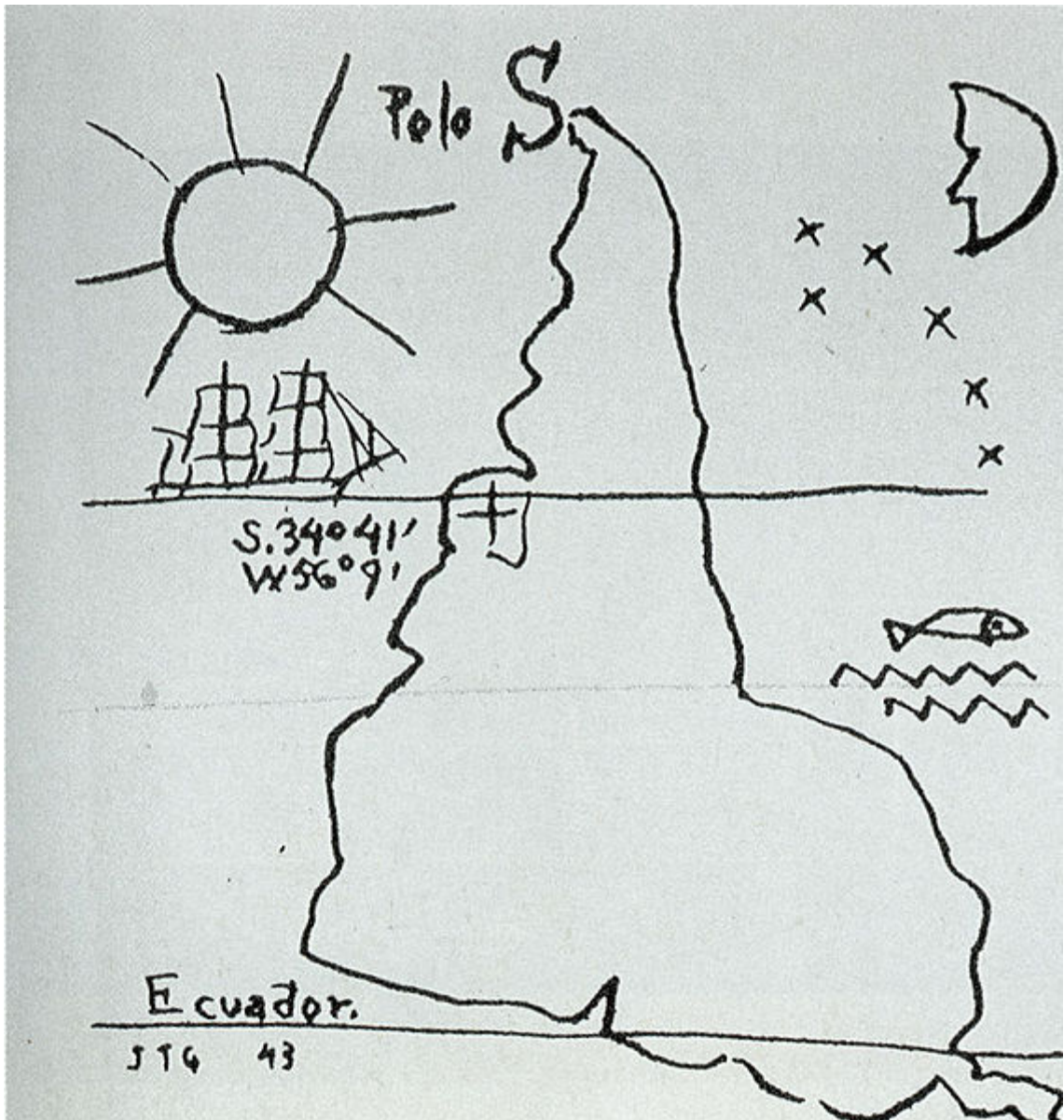
Memorial apresentado para o Concurso de Livre-Docência na Área de Conhecimento de Sociologia da Educação, nas disciplinas EDF0113 Sociologia da Educação I, EDF0114 Sociologia da Educação II e EDF0687 Educação e Atualidade, a questão do sujeito, de acordo com o Edital FEUSP 18/2012.

SÃO PAULO

2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
1 ENCRUZILHADAS DO SUL	07
2 SUR	10
2.1 Exílio: construir um lar na encruzilhada	12
2.2 Construir um lar na encruzilhada: a militância política.....	14
2.3 A queda – sobrevivência.....	17
2.4 A prisão	19
3 SUDESTE.....	26
3.1 Liberdade!.....	26
3.2 Trajetória acadêmica e trabalhos	28
3.3 USP.....	45
3.3.1 O ensino.....	45
3.3.2 Orientação.....	47
3.3.3 Grupos de pesquisa e pesquisas.....	48
3.3.4 Publicações	58
3.3.5 Extensão!	59
3.3.6 Atividades institucionais	59
4 UM CERTO FIM	61



“He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, **nuestro norte es el Sur**. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte.” (GARCIA, Joaquín Torres. *Universalismo Constructivo*. Buenos Aires: Poseidón, 1941).

APRESENTAÇÃO

*Sim: uma sílaba breve. Um riso breve. Um breve bater de pálpebras.*¹

O trabalho com a memória. Uma biografia: supõe, *pos facto*, dar uma coerência, reconstruir os fatos à luz do fim da história. Imagina-se uma vida que flui com sentido. Eliminaremos o acaso, as circunstâncias, as encruzilhadas? Não será esta a proposta deste Memorial, e sim a que será discutida a seguir, relacionada com uma determinada compreensão da memória.

*Trata-se da memória para armar.*² *Da memória que se monta – como um quebra-cabeça. Parto do princípio que a memória é composta por peças, fragmentos, pedaços. Cada um – de nós – contribui com um fragmento, um pedaço. Isto nos leva a algo fundamental no trabalho com a memória: nenhum pedaço pode ser descartado e, simultaneamente, nenhum dará conta do todo. Se o fragmento individual é fundamental, o relato coletivo, o quadro montado a partir dos pedaços e fragmentos de cada um, é essencial. Não esperemos, porém, que este quadro, este quebra-cabeça montado a partir dos pedaços de memória individuais cobre uma coerência, forme um todo organizado no final. Esta é a diferença central do jogo da memória com o jogo de armar, de montar – um quadro, um quebra-cabeças, uma torre – que sugere, ao final, a legibilidade. Que mais do que sugere, que comprova que, a partir dos fragmentos, é possível termos um final coerente e inteligível. Tranquilizador. Não há nenhuma garantia que, quando armamos o quebra-cabeça da memória, surja algo coerente ou completo. Isto é uma falha? Um defeito? Não, necessariamente: apenas sugere a incompletude necessária do trabalho com a memória.*

Trata-se de memória para armar – que nos arma, nos torna mais fortes. Nos deixa mais fortes para alguma luta. É arma.

Mas há mais: neste trabalho com a memória pedaço, fragmento, incompletude, cabe lembrar, portanto, a importância do esquecimento, para o pensamento, para a liberdade. Há um conto magistral do Jorge Luis Borges sobre a memória e a importância

¹ JOYCE, James. *Giacomo Joyce*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 23.

² SCHILLING, Flávia. Memória da Resistência ou a Resistência como construção da Memória. In: PADRÓS, E. S.; BARBOSA, V.; LOPEZ, V. A.; FERNANDES, A. S. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Conexão Repressiva e Operação Condor*. Porto Alegre: Corag/UFRGS/Assembleia Legislativa do RS/Escola do Legislativo, 2009. v. 3, p. 141-154.

do esquecimento, para a liberdade (para o pensamento). Chama-se Funes, o memorioso.³ Funes é uma pessoa condenada a nada esquecer. Ele é a memória plena. Diz o narrador: “recordo-o (não tenho o direito de pronunciar esse verbo sagrado, somente um homem na terra teve direito e esse homem morreu) com um escuro livro da paixão nas mãos, vendo-o como ninguém o viu, embora o avistasse do crepúsculo do dia até o da noite, toda uma vida. [...] Contou-me: mais recordações tenho eu sozinho que as tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo. Meus sonhos são como a vigília de vocês. Minha memória, senhor, é como despejamento de lixos. [...] Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos.”

O texto, magistral, termina assim: “a esquivada claridade da madrugada entrou pelo pátio de terra. Então vi o rosto da voz que toda a noite falara. Irineu tinha 19 anos. Nascera em 1868; pareceu-me monumental como o bronze, mais antigo que o Egito, anterior às profecias e às pirâmides. Pensei que cada uma de minhas palavras (que cada um de meus gestos) perduraria em sua implacável memória; paralisou-me o temor de multiplicar gestos inúteis.”⁴

O jogo, neste modelo para armar, é o da memória e o do esquecimento, do fragmento, do individual e do coletivo, da memória que nos fortalece.

Apresentarei, aqui, alguns pedaços de uma trajetória – já longa – em torno de três grandes eixos, histórico-geográficos: as “encruzilhadas do sul”, o “sur” e o “sudeste”. Nestes grandes eixos organizei relatos, textos, falas, acontecimentos. Tudo junto, tudo misturado. O trabalho acadêmico se revelou completamente imerso nas experiências; não há como fazer as separações. Assim, um relato de trinta anos atrás é acompanhado por uma palestra ou um trecho de um artigo atual. Muitas vezes com a reflexão acontecendo muitos anos após, pois biografias em construção, teoria e práticas se problematizando.

Isso fez com que os arquivos da vida não virassem arquivos mortos.

Aceitei, neste memorial, a proposta de “pensar em viagem”.

³ BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: _____. *Ficções*. Lisboa: Livros do Brasil, 1944. p. 12.

⁴ Meu encontro com Borges? Em 1977, 1978, na prisão de Punta Rieles, quando me deparo com o conto *There are more things*. Um encontro que dura até hoje, leitora compulsiva que sou de seus contos de areia e que me permite introduzir, em sala de aula, meus temas de pesquisa. Nada mais perfeito, para descrever nossa condição contemporânea, que a história da *Loteria da Babilônia*.

1 ENCRUZILHADAS DO SUL

Sou gaúcha, nasci em Santa Cruz do Sul, cidade da colônia alemã.⁵ Segundo publicação recente da UFRGS,⁶ sou “teuto-gaúcha”. O que é isso?

Este é um fato que permite que inicie o trabalho com a memória. Nosso presente, com suas novas classificações, me permite voltar no tempo: sou de uma família que tenta, inclusive não mais transmitindo a língua dos ancestrais, integrar-se, nacionalizar-se, “universalizar-se”. Reflexo de tempos em que se era comunista, getulista, brizolista, nacionalista, udenista e não “teuto-gaúchos”, “italo-gaúchos”, “nipo-paulistanos” ou “afro-paulistas”. Outras classificações, outros lugares, outras lutas.

De família alemã, portanto, há várias gerações no país por parte de pai, e de chegada mais recente por parte de mãe. Imigrantes que chegaram como muitos: com nada nas mãos. Trabalhadores fabris – vidro e porcelana –, com algum ofício: um é guarda-florestal, todos são inquietos. Não querem um destino subordinado, ou a morte nas guerras. Ou o trabalho fabril. Trazem alguma coisa nas mãos? Eram imigrantes que já tinham alguma vivência urbana, um elo com a cultura letrada e com a música. Um perfil de mulheres fortes. Trabalhadores e trabalhadoras. Lembro-me da casa de minha avó materna, simples casa de madeira rodeada de um jardim absolutamente cuidado, que tinha na sala, dominando a decoração, um piano. Era parte da educação obrigatória: minha mãe, com seu piano; minha tia, com seu violino.

Neste trabalho fragmentado de memória, escapou-me outra oposição, além daquelas rapidamente listadas, vigentes nos anos de 1950: a existente entre as famílias católicas e as famílias protestantes. Sou fruto de uma união que supera, inclusive, esta divergência. Por parte de mãe, uma família muito católica. Por parte de pai, a família protestante.⁷

Moro, pequena, numa cidade chamada Encruzilhada do Sul. Este nome – por momentos – me entusiasma de forma absoluta: poderia ter vivido a primeira infância em outra cidade, com um nome que sintetiza tão bem nossas histórias de vida, vida-movimento que nos

⁵ No dia 26 de abril de 1953.

⁶ FISCHER, L. A.; GEERTZ, R. *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

⁷ Meu pai, Paulo Schilling (6/08/1925–26/01/2012), nascido em Rio Pardo, de família protestante; minha mãe, Ingeborg Maria Wesp Schilling (27/09/1929), de Santa Cruz do Sul, de família católica. Passamos férias, durante a infância, nessas duas cidades. Na casa da vó de Santa Cruz ou na casa da Tia Terezinha, em Rio Pardo, adorável figura, pura generosidade, com o tio José e os primos, Jusa, Telinha e Chico.

coloca diante de encruzilhadas o tempo todo? Não qualquer encruzilhada, mas sim as do SUL, da nossa América, SUL, utopia, barroco, dominação e promessa. América.

Se a memória é feita de pedaços de cada um, é sempre coletiva: não posso deixar de incluir nesta história a história feita por meu pai, no Rio Grande do Sul. Uma das lembranças de Encruzilhada é das brincadeiras na cooperativa de produtores de trigo. Um enorme galpão, com sacas e mais sacas empilhadas de trigo: nós, crianças, brincávamos de subir, escalar, pular sobre as sacas de trigo, morrendo de medo de ratos (dizem que onde há trigo, há ratos). Da experiência do meu pai (já afastado do Partido Comunista, após as denúncias dos crimes stalinistas) na cooperativa, surge um livro – *A questão do trigo* –, até hoje um clássico, que muda nossas vidas: do interior para a capital, com o meu pai trabalhando na assessoria de Leonel Brizola, então governador do Estado.⁸

Agora, escrevendo estas palavras, percebo outra oposição muito central naqueles tempos: do interiorano e do habitante da capital, a existente entre os caipiras e os cidadãos.

Em Porto Alegre, lembranças de muitas experiências, várias casas, a Rua Dona Leonor, o nascimento das irmãs mais novas, as primeiras percepções da política, o Colégio Americano, o assassinato de Kennedy, as brincadeiras na rua, a Rua da Praia: até hoje, Porto Alegre mora em meu coração.⁹

Marcante foi o dia em que meu pai saiu de casa para ficar no palácio Piratini, com Brizola, na “luta pela legalidade”.¹⁰ Foi a única vez em que vi meu pai armado: era a luta para que João Goulart assumisse a presidência do Brasil. Luta vitoriosa por conta da resistência popular, que, em Porto Alegre, ganhou as ruas.

Após o fim da gestão de Leonel Brizola, fomos para o Rio de Janeiro. Brizola era então deputado federal. Morar no Rio! Era o sonho de todos! Lá ficamos pouco tempo, até o golpe de 1964.

Tenho duas memórias fortes do Rio: no dia do comício do dia 13 de março de 1964, o Comício da Central do Brasil, com a população da zona sul, em peso, acendendo velas nas

⁸ Encontro que marca nossas vidas, nossas mudanças de cidade e de país, que permanece durante muitos e muitos anos.

⁹ No dia 23 de agosto de 1999, estive em Porto Alegre para receber a medalha “Negrinho do Pastoreio”, conforme decreto do então governador do Estado, Olívio Dutra. Pela primeira vez, esta medalha foi concedida a um grupo de pessoas ligadas à luta democrática e à luta pela anistia: Clara Koutzii; Elisabeth Lobo; João Goulart; José Carlos Oliveira; Paulo Frank; Antenor Ferrari; Avelino Capitani; Carlos Augusto de Souza; Cezar Santos Alvarez; Cláudio Gutierrez; Ermelinda Bronca; Ivanir Bortot; Jair Krischke; João Carlos Garcia; José Keniger e eu. É evidente que não se trata de uma honraria pessoal e sim um reconhecimento da luta da minha família, meu pai, Paulo Schilling, minha mãe, Inge Schilling, minhas irmãs, Cláudia, Valéria e Andréa e de tantos outros. Novamente, em 2008, recebi uma homenagem no Expediente Especial “Da resistência à ditadura, à anistia e à redemocratização”. Novamente, não especialmente para mim e sim para todos os que lutaram pela anistia.

¹⁰ 1961, após a renúncia de Jânio Quadros.

esquinas e nas casas contra a ameaça comunista. Que opressão, que constrangimento sentia, que sensação de isolamento, de sermos minoria!¹¹ Não era apenas a classe média moradora do Leblon, mas também os moradores da favela próxima à Rua Carlos Góis (onde morávamos) que acendiam as velas e oravam.

Havia clima de golpe no ar.

No dia do golpe, esta cena se repete: as janelas dos apartamentos ficaram cheias de bandeiras do Brasil, de panos brancos, saudando a “revolução” vitoriosa. Não compreendíamos totalmente estas questões, mas víamos e ouvíamos: lições para toda a vida. Meu pai, quando o golpe de Estado se confirmou vitorioso, ficou algum tempo escondido¹² até asilar-se na embaixada do Uruguai. Naquele mesmo dia, recebemos, em nossa casa, a visita do DOPS, que revirou a nossa casa e “apreendeu” muitos livros (sempre tivemos bibliotecas imensas em nossas casas): *O Vermelho e o Negro*, *Guerra e Paz*, *Crime e Castigo*, entre outros. Já conhecedora da literatura universal, fico espantada com esta seleção e tento alertá-los do erro que cometem: estes autores, é verdade, são russos, usam títulos que remetem a cores subversivas, porém, já estavam mortos e os livros eram apenas romances!

Porém, talvez, eles não estivessem errados. A boa literatura sempre é subversiva.¹³

¹¹ Quando tinha uns 8 anos ouvimos falar – familiares falavam – que meu pai era comunista. Minha irmã Cláudia e eu fomos perguntar ao nosso pai: – o que é comunismo? Meu pai deu uma explicação muito boa: é quando as pessoas recebem da sociedade aquilo de que precisam para viver dignamente, independente do tipo de trabalho que fazem. Quem precisa mais, recebe mais: um operário que tiver muitos filhos carecerá de mais coisas que um médico, por exemplo, que tenha só um. Confesso que, já naquela época, tinha algumas ideias sobre *status*, *distinções e privilégios* que ficaram abaladas por esta explicação. Seria possível um mundo assim?

¹² Meu pai sempre conta sobre estes dias, até a tomada de decisão de buscar asilo na embaixada do Uruguai. É uma história que vale a pena contar, por mostrar um pouco do Brasil, suas contradições. Naqueles dias, fica (junto a um grupo de pessoas) escondido em uma casa de Tenório Cavalcanti – o homem da capa preta. O Brasil é um país sempre surpreendente, inclusive por suas histórias de solidariedade.

¹³ Quem sabe em algum momento consigo me dedicar um pouco mais a elaborar a importância da literatura na vida.

2. SUR

Chegamos ao Uruguai em agosto de 1964. Minha irmã e eu odiávamos tudo aquilo, por ter deixado os laços já formados – não os do Rio, que não lamentávamos deixar depois da experiência vivida – mas os de Porto Alegre, para onde voltamos logo após o início do exílio de meu pai. Fomos todas: minha mãe, minhas irmãs. Viajamos de trem, enquanto minha mãe e minhas irmãs foram de carro, por outro caminho, com um amigo, passando pela fronteira do Chuí. Muita expectativa e medo. Medo da polícia, de sermos barradas na fronteira.

Era um rompimento, uma nova fase não desejada. Lamentávamos o que deixávamos para trás. Não que tivéssemos “raízes”: já as tínhamos, em todo caso, “aéreas”, por conta das inúmeras mudanças. As formas de viver essa experiência? Diversas: para minha mãe, uma coisa; para minhas pequenas irmãs, outra; para minha irmã mais velha, outra. Pontos de encontro, pontos de alegria e liberdade, pontos de perda e dor.¹⁴ Sempre muito difícil.

Como crescer – para isto precisamos de raízes – se há um solo duro, de pedra, que recusa raízes?¹⁵ Na contemporaneidade isto não é peculiar a São Paulo. Em vez de chorar pela boa terra que acolhe as raízes, vemos que nós, habitantes das cidades, inventamos outra forma de viver e crescer: jogar raízes aéreas, raízes que se comunicam com as de outras pessoas, que se alimentam, mudam de lugar, são excepcionalmente livres. E, quem sabe, desta forma, conquistar um solo fértil para todos.

*Uma possibilidade, porém, sempre presente, é a de que o medo prevaleça. A frase que refletirá esta atitude é: **Não fale com estranhos!***

A cidade que se cria a partir deste medo do encontro, é a cidade dos muros, é a cidade do isolamento, da transformação daquele que poderia nos ajudar a crescer em um Outro a ser temido, segregado, exterminado. A cidade, que era imensa e múltipla, acaba e nela vivemos reduzidos a pedaços, bairros, localidades, lugares, talvez menores e com menos diversidade do que em uma pequena cidade. Se aceitarmos esta pequena cidade, cresceremos pouco, não ampliaremos nosso repertório. Ficaremos, amedrontados, em nossas casas, absorvendo o mundo pela telinha.

¹⁴ Nunca será demais lembrar a coragem de minha mãe, Inge, segurando a família, posteriormente trabalhando no ACNUR, construindo uma vida. A coragem também de minhas irmãs, Cláudia, Valéria e Andréa, cada uma conquistando seu espaço no meio das adversidades. Sobrevivendo com dignidade. Ontem, hoje e sempre.

¹⁵ Trecho de palestra proferida no evento *A vida na metrópole*, promovido pelo jornal Folha de São Paulo, MUBE, na mesa “Crescer em São Paulo”, 2003.

Este é o fim da cidade. Esta é a tendência dominante. Seremos ou já somos moradores de uma cidade de guetos? Quando nos encontrarmos uns com os outros, com aqueles diferentes, este encontro será mortal?

*Outra possibilidade é a de que possamos mudar a frase. Na cidade cosmopolita, cidade de cidadãos, a frase é: **Fale com os estranhos!** Esta alternativa não é fácil. Depende de mudanças que fazemos em nossos lugares. Depende da existência de espaços de encontro, de espaços públicos civis que acolham, que permitam a troca.*

O desafio que temos: como crescer e viver sem medo, ou com menos medo, ou com aqueles pequenos medos, que sempre existiram e existirão. Esta seria nossa tarefa comum, coletiva, pública em relação a esta cidade que acolhe de formas tão peculiares os cidadãos que, quando encontram o solo duro, desenvolvem as raízes aéreas que permitem os encontros que nos fazem crescer.

Nunca paramos de aproveitar a experiência vivida, articulá-la na forma de encarar os desafios, nos lugares mais improváveis.

Depois de alguns anos de fechamento, no grupo dos filhos de exilados, chegamos, de fato, ao Uruguai. Pois no começo, tudo era estranho: os costumes, as roupas, as músicas, os códigos. Tudo era diferente. Assim conhecemos, na pele, o que significa ser exilado. Exilado é aquele que não conhece os códigos, que, muitas vezes sem querer, quebra os códigos. Exige-se, assim, de todas um grande esforço de contenção, de atenção, de alerta.

Da primeira fase do exílio quero resgatar a energia daquele grupo de exilados, sempre tão atentos ao que acontecia no país (nunca imaginaram um exílio tão longo!), os que chegavam e partiam (para o Brasil ou outros países), entre eles, Betinho. Quero resgatar, também, como contraponto necessário, a decepção, o desânimo de muitos, as disputas políticas. Situações graves de pessoas partidas, quebradas, dilaceradas.¹⁶ Ocupando lugares muito diferentes, com situações de classe muito distintas, o que fazia o exílio ser mais ou menos difícil, pois se era mais ou menos pobre, mais ou menos inseguro, mais ou menos sofrido.

Naquele tempo, compreendi a efemeridade do “poder”. Convivíamos com muitos “ex”: ex-presidente, ex-governador, ex-ministro, ex-reitor da UnB. Um mundo “ex”. Isso marca, indelevelmente, minha relação com “o” poder. Nunca mais me fascinei, temi, encarei com temor ou reverência quem – de forma sempre tão precária e instável – ocupa lugares de poder. Isso é muito bom.

¹⁶ O que era para durar um ou dois anos durou quinze! Boa parte do exílio foi no Uruguai e, após a minha prisão, para minha mãe e meu pai, aconteceu a expulsão do país, a ida para a Argentina para onde também foram minhas irmãs pequenas. Violação clara do direito de asilo, nunca reparada ou lembrada. Viveram tempos sombrios, de grande perigo, na Argentina da guerra, dos desaparecidos.

Nunca esquecerei a sensação de “dominó” daqueles tempos; um após outro, nossos países viviam golpes de estado: Brasil, Bolívia, Peru, Uruguai, Argentina, Chile. Foi um tempo duro, de ser “estrangeiro” e estranho, de quebra de códigos. Não havia lugar seguro. O medo e a dor. A dificuldade de sobreviver, meu pai lutando para sustentar uma família grande. Cabe lembrar os trabalhos do meu pai na Editora Diálogo, no Semanário *Marcha*, cada uma de nós tentando achar um lugar possível para viver. Tempos em que a política dava as cartas, determinava cada momento de nossas vidas.

2.1 Exílio: construir um lar na encruzilhada¹⁷

Exilados, refugiados, migrantes, desterrados, desenraizados, deslocados. Termos da nossa história, termos da experiência da modernidade. “Indivíduos frágeis, destinados a conduzir suas vidas numa ‘realidade porosa’, sentem-se como patinando sobre gelo fino”.¹⁸ É, de alguma forma, uma experiência bastante comum, conhecida por todos nós. Não passa indiferente: provoca reações e respostas. Na primeira edição do Fórum Social Mundial, em que estou presente, uma expositora boliviana reivindica o direito ao enraizamento como um direito humano. É o direito de não ser obrigado a migrar, de não ser expulso ou deslocado de sua terra.

São exílios marcados pela força, exílios voluntários – existirão? Exílios provocados por mudanças – que nos fazem sair, estar fora, expulsos, daquilo que nos era familiar. Que pode significar estar “fora” do lugar conhecido, do país, ou, estando “dentro”, não mais reconhecer aquele país, aquele lugar: o “inxílio”, termo inventado no Uruguai para narrar a experiência vivida por aqueles que lá ficaram, na ditadura, e viviam se sentindo exilados em seu próprio país.

Ao mesmo tempo, este estranhamento, este olhar partido, este deslocamento, pode ser visto em sua positividade e como um elemento fundamental para o conhecimento. É nesta linha que trabalha Bauman, comentando Derrida: somos por ele convidados a “pensar em viagem”, ou seja, pensar a atividade única do partir, ir embora do “chez soi”, para o desconhecido, para viver todos os riscos, prazeres e perigos. Construir um lar na encruzilhada parece ser uma forma muito contemporânea de descrever nossa situação humana. Bauman toma esta metáfora e nos diz que “em vez de

¹⁷ Texto de palestra proferida no seminário 1954-1964-2004: *O golpe, a memória e a atualidade*, na mesa, “Repressão, clandestinidade e exílio”, organizado pela FFLCH/USP, IFICH/Unicamp e arquivo Edgar Leuenroth. Unicamp, setembro de 2004.

ser sem pátria, o segredo é estar à vontade em muitas pátrias, estar em cada uma ao mesmo tempo dentro e fora, combinar a intimidade com a visão crítica de um estranho, envolvimento com distanciamento”¹⁹. Ser exilado no lugar (não do lugar) resultaria em liberdade. Pois criar e descobrir significa quebrar uma regra. E o exilado rompe regras, não por escolha, mas por desconhecer os códigos profundos daquela cultura. Ao mesmo tempo, na volta, trarão para o país de origem, este estranhamento. Bauman diz ainda, citando Christine Brooke-Rose (EXSUL), que a marca distintiva de todo exílio é a recusa a ser integrado, a determinação de situar-se fora do espaço, construir um lugar próprio, uma resolução a manter-se “não-socializado”.²⁰

Daí, por exemplo, ser possível discutir o exílio não necessariamente ligado a uma experiência física – de deslocamento de um lugar – mas como uma experiência mais geral, como “inxílio”, como um deslocamento, como a perda da familiaridade.

Só consegui elaborar estes conflitos – que combinam perda e aumento da liberdade e da criação – muitos anos após o fim dos exílios em seu sentido estrito, o exílio político. Sempre considerei o exílio como uma experiência do meu pai – ele era o sujeito do exílio, o exilado. Nós, como família, apenas compartilhávamos desta condição. Mas não era assim. Todas fomos exiladas. Tentando pensar nesta experiência, à luz das colocações anteriores, o exílio:

– É violência, é desenraizamento, é ser arrancado.

– É estranhamento: é viver a condição de estrangeiro.

– É viver olhando para fora; é a vivência de um tempo que se espera que seja breve; é a vivência constrangida de um tempo que passará, como uma febre. É um tempo de dor, pois não há mais lugar para aqueles que lutaram naquele país, por aquele país. É um tempo de raiva. É um tempo de fechamento.

– É um tempo de manter a língua natal, manter os costumes. As reuniões e os amores ocorrem naquele círculo. Ao mesmo tempo, quando o exílio se prolonga – e como foi longo o tempo deste exílio do Brasil – impossível não viver aqueles outros países. Mesmo sob o signo do provisório. O exilado – se pudesse defini-lo – é aquele que não desmanchou as malas. Ou aquele que está com as malas sempre prontas para a volta. A volta, quando é possível, é acompanhada por uma pergunta: voltamos? Ou ficamos? Muitos ficam. Passam da condição de exilados para a de cidadãos dos novos países. Podemos continuar e problematizar: volta-se? Volta-se para um lugar físico, geográfico. Nada mais é igual, claro.

¹⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 239.

¹⁹ *Ibid*, p. 236.

²⁰ *Ibid*, p. 238.

– *É uma experiência, como narra Bauman, imprescindível: compõe um lugar que permite ver como nunca se poderia ver se tivéssemos ficado dentro. É o olhar que permite conhecer como vivemos. A volta? O olhar estrangeiro não se perde mais. O estranhamento permanece, agora, em relação àquilo que se sentia como tão familiar e próximo. A mim, este estranhamento, este olhar de estrangeira em meu país – e em qualquer país – me leva a interrogar e tentar compreender o tempo todo. Não há mais familiaridade possível. Romperemos as regras do país natal, quando voltamos. Não conhecemos mais os códigos.*

– *A resoluta determinação de permanecer “não-socializado”; o consentimento a integrar-se apenas sob a condição de não-integração; a resistência – muitas vezes penosa e agonizante, mas em última análise vitoriosa – à grande pressão do lugar, tanto o antigo quanto o novo; a áspera defesa do direito de julgar e escolher; a adesão à ambivalência ou a invocação dela – essas são, podemos dizer, as características constitutivas do “exilado”.²¹*

Há um custo, que é o da solidão. Há um ganho, o da liberdade. Nunca mais fomos os mesmos.

2.2 Construir um lar na encruzilhada: a militância política

Era uma época de revoluções. A revolução “jovem”, que atravessou o mundo clamando por mudanças na vida, nas formas de viver e na sociedade. A transformação da sociedade parecia possível de acontecer. E rapidamente. Havia um clima de entusiasmo e era possível ser “adolescente sem solidão” em um clima de companheirismo e de possibilidades.²²

Mencionarei, a seguir, neste entrecruzamento de biografia, memória, texto e vida enredados, um artigo publicado em 1998, em Montevidéu, chamado *La adolescencia sin soledad*, sobre o ano de 1968.²³

²¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 238.

²² Entrevista concedida à *Gazeta do Sul*, 27 de março de 2004.

²³ SCHILLING, Flávia. *La adolescencia sin soledad*. *Cotidiano Mujer*. Montevideo: III Época, n. 28, p. 5, ago./nov. 1998.

Los temas de la década estaban en mi repertorio: Cuba, revolución, imperialismo, luchas populares, Vietnam, Praga, dictadura. Convivían en mi cotidiano los Beatles [...] y Che Guevara. [...] Pienso, con referencia al hoy, que lo que caracterizaba el 68 era la imposibilidad de elegir una preocupación o punto de vista dominante. Las dos consignas, mudar la vida y cambiar la sociedad, se unían profundamente. Entonces, el pelo, relaciones amorosas, militancia política, música, tendían a apoyarse mutuamente, formando un intrincado sistema. Las decisiones eran hechas de emoción y pasión, construcción de identidades estéticas y éticas. La belleza, el cuerpo, convivían con el discurso libertario en el plano político. [...] una diferencia con el hoy es precisamente ésta: los signos parciales de la contestación no se encontraban fragmentados, capturados por el mercado (todavía). [...] Había una sensación de estar “galopando el caballo blanco de la historia” y había aquella impresión muy propia de la juventud de invencibilidad, de fuerza, de empuje. [...] es importante insistir en la identidad colectiva (mundial, incluso) que se crea en la época y rompe con la soledad (tan profunda en la adolescencia), la de la juventud.

Um lar na encruzilhada, falar com estranhos: se fosse sintetizar a integração e a posterior militância política, estas seriam as palavras escolhidas.

Em 1968, estava terminando o liceu. 15 anos. Cabe lembrar, como um aparte, a importância de estudar em um liceu público, republicano, gratuito, universal. Cabe assinalar as marcas profundas da escolarização no Uruguai, daquele sistema absolutamente tradicional, laico, há cinquenta anos um bem de todos, um direito. Como esquecer o meu contato com a literatura universal (disciplina obrigatória desde a segunda série do ginásial), a *Ilíada*, o pranto com a morte de Heitor, a *Odisséia*, a *Divina Comédia*, a literatura espanhola, os clássicos russos? Feliz encontro. Como esquecer as aulas de filosofia (desde a terceira série do ginásio)? Tudo era diferente, em relação à escolarização que havia tido no Brasil, começando por lá serem as escolas mistas. Aqui, escolas de meninas. Lá, uma “movida” estudantil, greves, manifestações.

Em 1968, entro no mundo, carregando minha estrangeirice; entro no Uruguai, país que nos recebeu tão bem. Lá, enfrento uma das encruzilhadas da vida: a escolha da profissão. Esta escolha, lá, era feita após o término do liceu. Uma escolha muito temporã, com dezesseis anos. A escolha passou por um repasse de habilidades e desejos, de oposições e ligações: escolho o preparatório para medicina.²⁴ Entrar no curso preparatório para medicina era a glória: já éramos

²⁴ No Uruguai não havia vestibular. Qualquer um que tivesse concluído o preparatório – para a área que havia escolhido – estava em condições de entrar na faculdade. O exame final do preparatório de fato, era extremamente severo e se dividia em várias partes: nos dois anos do curso preparatório, havia exames no final do ano, orais, escritos, práticos, severos, reais, imponentes (bancas, sorteio de ponto). Foi um desafio e tanto.

grandes, éramos tratados como grandes! Não havia uniforme, não havia frequência obrigatória. Lá vivi anos muito bons, de intensa integração, de muito estudo e militância. Lá começo a me vincular ao movimento Tupamaro, a partir da militância estudantil no FER (Frente Estudantil Revolucionária), muito presente no Instituto Alfredo Vásquez Acevedo (IAVA). Em uma das paredes de uma sala de aula, a frase: “la virginidad produce cáncer, vacúnate!”

Entro na Faculdade de Medicina em 1971, em pleno recrudescimento das contradições e conflitos, das polarizações, da luta armada, do início da Frente Ampla. O ponto de inflexão chegava rapidamente: entre os clamores de terra para todos, pátria para todos e o fim de uma época que tinha visto brilhar (lá) os direitos sociais, civis, políticos. Com o aumento das desigualdades, chegava o momento da ruptura democrática do país. Faço o primeiro ano da faculdade, já dividida entre a paixão da medicina e a militância.

Em 1972, vivo o dilema, cruel: abandonar a faculdade, ficar na militância. Foi uma das decisões mais difíceis de minha vida: quase não tinha mais liberdade para optar, quase não foi uma decisão. Precisei passar para a clandestinidade em abril de 1972.

Clandestinidade²⁵:

[...] se o exílio pode ser pensado como a situação em que estamos envoltos por uma identidade daquele que está provisoriamente em algum lugar, esperando ser chamado para reocupar o seu lugar (que, lógico, não mais existe), daquele que está na fronteira entre lugares, a clandestinidade é a vivência do lugar-nenhum. São tempos que não deixam lembranças, não há lembranças, pois não há identidade social, não há lugar. Na minha lembrança resta um tempo noturno, vazio. Não há lembranças. Povoado por fantasmas. Você mesmo é um deles. Nada pior. Penso nos clandestinos atuais, no Manu Chao, cantando esta sensação de ser ninguém.

Recordo o texto de Philippe Artières, *Arquivar a própria vida*: nesse texto nos é dito daquele sem papéis. É essa a primeira questão do clandestino, estar sem papéis que o identifiquem. Talvez esteja com um documento falso, mas todos os seus arquivos foram destruídos. Queimados, guardados. Quem é você? Quando você não está com seus arquivos, em seus arquivos?

²⁵ Texto de palestra proferida no seminário 1954-1964-2004: *O golpe, a memória e a atualidade*, na mesa: “Repressão, clandestinidade e exílio”, organizado pela FFLCH/USP, IFICH/Unicamp e arquivo Edgar Leuenroth. Unicamp, setembro de 2004.

*O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos, portanto, nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento “arquivarás tua vida” – e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.*²⁶

2.3 A queda – sobrevivência

Fica aqui registrada minha surpresa, existente até hoje, com a improvável sobrevivência. Quando presa, fui baleada; um tiro atravessou meu pescoço, em uma cena de rua, de noite, numa esquina de Montevideú. Correr, a bala, a queda, o chão, o sangue. A sensação (morte branca) de que era muito fácil morrer. Apenas esvair-se. A prisão havia sido feita por um jovem militar a paisana. A polícia chegou, não sabia do que se tratava, enquadrou o agressor, foi informada da situação, fui levada ao hospital militar. Lá fiquei durante um mês, com a traqueotomia, uma lenta e difícil recuperação, quase sem poder falar, durante um longo tempo. A sobrevivência.

Elias Canetti foi um autor – que me acompanha até hoje – que me ajudou a pensar o estatuto do sobrevivente.²⁷ Também agradeço a Primo Levi e Bruno Bettelheim, sobreviventes ambos, por me ajudarem a pensar.

*Perdão/reconciliação?*²⁸

Restauração?

Reparação?

Perdão foi feito pra gente pedir, diz o samba. O agressor pede perdão. A vítima tem o direito inalienável de não conceder o perdão. Pode haver perdão e reparação e não reconciliação. Restauração? De uma ordem que provocou o conflito? Ou Instauração, a partir do vivido, de uma nova ordem?

Reparação:

²⁶ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricas*, v. 11, n. 21, p. 3, 1998.

²⁷ CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 1984. Foi no dia 24/11/1972. Fico presa até o dia 14/04/1980.

É possível reparar um dano? Como se repara um dano? Mil formas, múltiplas formas possíveis. A importância da fala da vítima para decifrar como reparar o dano.

A partir do ponto de vista da vítima da violência, marcarei a importância de algumas situações que envolvem algumas verdades que são reparadoras do dano. A ênfase que colocarei, para que exista alguma possibilidade de que o dano seja reparado, é a da garantia da não repetição da agressão, da violência, do fato. Esse é o ponto fundamental para que ocorra a reparação. O trabalho com a memória e a busca pela verdade só se completa quando há essa garantia da não repetição.

Quando sou presa, em 1972, sou baleada. Sobrevivo por alguma dessas circunstâncias misteriosas da vida. É um homem que atira, um homem jovem, que estava vestido de civil. Fico um mês no hospital e depois sou levada para um quartel.

Uma noite um jovem oficial entra na cela, se senta e fica em silêncio. Eu o olho surpresa. Ele diz: “você não me reconhece?”

Fico gelada e digo “não”. Ele diz: “eu sou o cara que atirou em você”. Eu digo: “não te reconheci, pois teu rosto é totalmente diferente do que lembro”. Ele diz surpreso: “Como era o meu rosto?” Digo: “Muito mais velho, pelo menos dez anos mais velho, um rosto velho”.

Nossa conversa girou, durante muito tempo em torno da questão central: Por que você atirou para matar? Eu não atirei para matar... Jamais tinha atirado em alguém e muito menos em uma mulher. Atirei como aprendi, num vulto... Mas você, independente de qualquer coisa, não devia ter atirado para matar.

Muitas conversas se sucederam naqueles anos, em diversas situações. Sem mediação, sem círculo restaurativo, espontaneamente. Foi uma das situações mais importantes por mim vivida naqueles anos. A possibilidade ímpar de uma pessoa “assassinada” conversar com seu “assassino”. Compartilhamos uma situação única.

O que isso me provoca, porque trago essa vivência/depoimento para esse evento? Estava mencionando a importância da “reparação”, a partir, lógico, de uma pergunta: é possível reparar um dano? Qual é a importância da verdade nesse trabalho de reparação? No fato que narro há alguns elementos fundamentais: essa situação (mesmo acontecendo em uma situação em que estava presa) foi de extrema liberdade de ambas as partes. Ninguém disse, ninguém mandou, ninguém sugeriu que conversássemos sobre o ocorrido. Aliás, ninguém esperaria que isso acontecesse. Havia certa clandestinidade. Contra tudo e contra todos.

O que recupero: esse oficial não se orgulhava do que havia feito. Havia certo pedido de perdão: você vai me perdoar? Eu não perdoei nunca, explícita ou

²⁸ Conferência Internacional sobre o Direito à verdade. Testemunho. NEV/CEPID-USP/INEU-UNICAMP, Ministério da Justiça, 2009.

publicamente, pois na situação não era possível. Mas havia a possibilidade do perdão, pois por parte dele não havia orgulho pelo feito, havia sofrimento.

Em algum momento, esse oficial entra em crise com a profissão e fala que pensa em abandonar o exército, fazer medicina. Creio que esse é um momento fundamental: não que o tenha feito. Mas revela a vontade de que isso não mais se repita.

Não há, no caso, “assassino por natureza”, há mal-estar e dor pelo feito. Ambos fomos afetados. Em posições contrárias ou distintas. Nesse caso as verdades foram ditas. Não houve novos danos se sobrepondo aos anteriores. Foi, talvez, um dos casos mais profundos de reparação do dano por meio das verdades que os sujeitos conseguem compartilhar, que conheci. Por conta de uma certeza de que aquele sujeito não repetiria o dano, foi possível construir a certeza da não repetição.

Relatei um caso de encontro entre agressor e vítima em que, do ponto de vista individual houve reparação. Claro que falta algo fundamental nesse caso: a reparação por parte do Estado, que, de alguma maneira, garante que o fato não se repetirá – para ninguém.

Concluo esse breve depoimento chamando a atenção para as dificuldades que temos no trabalho com as memórias e as verdades para que, de fato, se produzam efeitos de reparação, com base na certeza da não repetição do dano. Esse é o caminho mais difícil, porém o mais necessário.

2.4 A prisão

*No había color
no había.
Los días sin color
no había
y una vez
no sé.
Talvez no fuera
pero lo vi
y fue.
Parpadeo en un rincón
la cáscara vacía
era un color.
Naranja
parecía.*

Defendi meu mestrado na Unicamp, sob orientação do Professor Maurício Tragtenberg, recuperando o tema – talvez meu tema – da resistência,²⁹ em 1991. Foi um momento muito importante, pois era o tempo certo para elaborar vivências e o acaso me colocou no caminho, na Lagoa da Conceição,³⁰ de um orientador que amava a liberdade.³¹ Foi um trabalho, por esta feliz conjunção, muito livre e, nele, tentei percorrer o significado do conceito de resistência através do estudo de pesquisas sobre a resistência no mundo do trabalho, no campo de concentração, na escola. Dediquei um capítulo à análise da resistência na prisão política, especificamente sobre a prisão onde estive sete anos, Punta Rieles, prisão de mulheres. Nela estive mais de cinco anos, pois, junto com um grupo de companheiras, estive na condição de refém durante dois anos, circulando por quartéis da cidade de Montevideú.³²

Este último capítulo diferencia-se dos outros por centrar-se em um estudo de caso particular. Compõe-se de três partes: a apresentação do Regulamento do Estabelecimento Militar de Reclusão nº 2 (E.M.R. nº 2), “Punta Rieles”, prisão política existente no Uruguai entre 1972 e 1985; a discussão deste Regulamento à luz da pesquisa de Michel Foucault sobre as prisões; e uma terceira parte, que recupera alguns aspectos da resistência acontecida nessa prisão. Sua mensagem última é:

Por mais importante e fascinante que seja o problema do que o prisioneiro pode fazer, mesmo sob as condições inacreditavelmente opressivas do campo de concentração, tudo que pode nos ensinar sobre a condição humana tem pouca importância para a questão da sobrevivência, a menos que tenhamos sempre em mente que a sobrevivência exige primeiro e acima de tudo a destruição do campo de concentração e o arranjo das coisas do mundo de modo a que nenhum novo universo de campo de concentração possa um dia existir. Qualquer discussão da sobrevivência é perigosamente enganadora se dá a impressão de que a questão principal é o que o prisioneiro pode fazer, pois isto é insignificante comparado com a

²⁹ SCHILLING, Flávia. *Estudos sobre resistência*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1991. Transcrevo livremente alguns trechos da dissertação, com as adaptações necessárias.

³⁰ Conheci, por acaso, Maurício e Bia Tragtenberg na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, em um restaurante, quando visitava uma amiga, Dulce Maia. Naquele almoço, perguntei a Maurício se aceitaria ser meu orientador. Eu havia concluído o curso de Pedagogia na PUC/SP e queria continuar estudando. Feliz encontro! Ele aceitou o meu pedido e foi o melhor “desorientador” – conforme ele próprio se qualificava – possível.

³¹ SCHILLING, F.; RIBEIRO, C. Um convite: pensar é resistir. In: VALVERDE, A. (Org.). *Maurício Tragtenberg, dez anos de encantamento*. São Paulo: Educ, 2012. p. 175-188.

³² O grupo foi formado por Jessie Macchi, Alba Antunes, Lia Maciel, Grazia Dri, Stella Sanchez, Elena Curbelo, Raquel Dupont, Elisa Michelini, Miriam Montero, Cristina Cabrera e por mim.

*necessidade de derrotar, política ou militarmente, aqueles que mantêm os campos – algo que os prisioneiros, naturalmente, não podem fazer.*³³

*As razões, para estudar esta experiência, são totalmente pessoais: são vitais, profundamente plenas de amor e de ódio, “porque por la cárcel se puede pasar, como quien pasa por la vida y luego morir. Pero también la cárcel se puede vivir y quien es capaz de vivir la cárcel sabe que la ha derrotado, que su lucha fue triunfante. Y esta lucha fue cotidiana como es la lucha del trabajador por el pan de cada día. No hubo tregua, no hubo descanso”.*³⁴

*Anos vividos, sobrevividos, que, de certa forma, explicam estas páginas, do começo ao fim. Momento – anos totalmente solitários ou, então, cercados de uma fraternidade fundamental. Prisão de mulheres, “moinhos incansáveis”, fatigadas. Vivendo conflitos e tensões e construção e criação. Espaço de 24 horas para histórias, confidências e solidão, choros, risos, ler sozinha e em grupo, estudos clandestinos, ginástica proibida, dormir e viver a insônia, com seu cigarro proibido e leituras ou conversas roubadas à luz do corredor. “Conhecer-nos sem falar: estabelecer códigos, muitos códigos: de olhares, de gestos, de passos, de batidas na parede, de assobios, de canções, de palavras capazes de sintetizar uma frase...”.*³⁵

Lugar-espço 24 horas onde as linhas de resistência eram tecidas sem trégua, como o operário, que luta por seu pão de cada dia.

Momento central da vida? Tão central quanto os anos de trabalho, a luta cotidiana na cidade, a felicidade de cada minuto vivido com o companheiro amado, a espera do filho. Tão central quanto escrever sobre. Mesmo pouco, mesmo mal.

Poder-se-ia objetar: mas tratou-se de uma situação excepcional, tratou-se de uma experiência única, que teve seus contornos resistentes bem marcados por tratar-se de pessoas “diferentes”.

Sim. Longe de mim querer dizer que a escola é a prisão, que a prisão é a fábrica, que esta é o campo de concentração. É fundamentalmente diferente estar preso no trabalho durante oito horas do que estar literalmente preso em uma prisão.

Não. Diferenças de “grau” que marcam uma diferença qualitativa? O quantitativo gerando uma nova qualidade? Vemos aspectos comuns, vemos lugares marcados por conflitos, por poder e por resistências. Vemos homens e mulheres, nesses lugares, fortes-frágeis construtores da história, de suas sujeições e de sua liberdade.

³³ BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivência e outros estudos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 270.

³⁴ MACIEL, Lia. *Qué diré de la cárcel*. Montevideo: CIC, 1989. p. 1. (Escritos de la cárcel, v. 5).

³⁵ Ibid, p. 2. Tradução minha.

Um estudo-homenagem. Incompleto, pois a história de “Punta Rieles” deverá ser contada como foi vivida: coletivamente. Se isto se mostrar impossível, será contada como agora o está sendo e que também reflete o vivido. Será contada como fragmento, parte.

Minha memória? Este relato não terá um tom pessoal, não será “memórias do cárcere”. A emoção que o sustentará usará falas alheias tornadas minhas, com total convicção. A memória atuou dizendo: sim, reconheço, vivi, senti, sofri, vi, me defendi, resisti, obedeci, desobedeci.

Como narrar essas faces da realidade, pesadas, uniformes, afogadas, contraditórias? Silenciosas. Como relatar o vento, as mãos que esconderam a face para proteger-se dele, a face que se ofereceu ao vento, para ser por ele reconhecida? Como narrar no tempo histórico o momento individual e breve da ambiguidade do não-saber e do saber, do abatimento e da força, do controle e do descontrole? Como aproximar-se das verdades, como recuperar da verdade individual o que foi verdade para tantos e mentira para outros? Como trabalhar no único, no absolutamente original, o comum, o humano, o necessário, o coletivo? Como vislumbrar o terceiro, o imprevisível, o criativo. Ao lado da obediência, da submissão, da morte. Como trabalhar com a morte sem matar, recuperar a vida sem negar a morte, sem torná-la parceira menor dos rituais quando foi ela a grande parceira?

Será visto o vento mudando, o curvar-se do junco e o opor-se do carvalho. O junco não resiste ao vento? Ou o que não resiste é o carvalho? Veremos mundos e coisas de homens, deixaremos novamente os deuses do lado de fora deste relato, observando, talvez, com um olhar irônico, o aparecimento destas letras nas páginas brancas, observando o aparecimento destas letras cogitando da pobreza de um relato onde deuses não aparecem e se dedica à história dos obscuros seres, sempre demasiadamente humanos. Seres grandiosamente pequenos que constroem a história deste planeta, assim como é. Força não vista, não por sagrada ou misteriosa, e sim porque o olho deseja a grandeza cósmica ou a dimensão épica, o brilho do sim e do não totais.

O desejo: romper com o sufoco do estudo do fechamento supremo e total que nos envolve. Como respiramos, então, nesse ar sombrio, nesse ar comandado, dado, concedido?

O desejo: como sobrevivemos, amamos, criamos, nos conformamos, nos formamos, obedecemos e desobedecemos, resistimos e nos entregamos?

O desejo: a compreensão desse grande mistério da possibilidade quando o que nos é dito é que é impossível. O mistério da teimosia. O mistério da não-castração, da não-morte nos lugares de castração e morte.

A resistência nas prisões. Esperada. Pouco descrita. Encontramos mais depoimentos, memórias, do que propriamente análises teóricas mais formais. Porém,

estes depoimentos, estes relatos, de uma forma quase independente de sua época, de seu lugar de origem, se remetem, coincidem.

O mais fácil desta tentativa?

Descrever a pedra, sua linguagem: a arquitetura. Primeiro mosteiro, depois prisão. Seguindo seu destino.

O mais difícil?

Descrever a formação, o formar-se, o formando-se do sistema, sua relação complexa com o lado de “fora”; sua dependência, seu ser “reflexo” e ao mesmo tempo negação desse “fora”: Frankenstein, a “Besta”, a máquina aliada e alheia, instituição social essencialmente política, fechando-se ao social, negando o movimento político que a gera e termina por matá-la. Descrever as mudanças, as permanências, sem reduzir, sem esquecer que “existiram 20 prisões diferentes”. Organização processo, organização da incomunicação e da instabilidade, da fragmentação. Daí, discursos fragmentados, parciais, descontínuos.

Não pretenderei estruturar, pois, o discurso do consenso. Inventá-lo. Antes pretenderei deixar transparecer as grandes linhas da “Besta” e da resistência acontecida.

Regras, normas meticulosas, detalhes, a arbitrariedade e o caos, a insegurança, a sensação de algo que envolve fortemente e ao mesmo tempo “no se puede asir”, escapa das mãos, escorrega, água, vento. Comenta a respeito Jack Abbott: “Imagine mil outras intromissões diárias em sua vida, a cada hora e minuto de cada dia, e você poderá entender a origem desta paranóia, este ódio que poderia me consumir a qualquer momento, se eu perdesse o controle”.³⁶

“Inúmeras são as proibições [...] infindáveis e insensatos são os rituais obrigatórios”, diz Primo Levi, em seu relato sobre o campo de concentração.³⁷

Dizem as mulheres, sobre o regulamento do E.M.R. nº 2:

– “No hable, no mire, no ría, no cante, no llore, no piense, no sienta [...] no dibuje caballos, ni flores de cinco pétalos, ni tortugas que van lento pero llegan. No use color rojo ni rosado, ni bordó, ni rojo-azul y blanco [...] no hable francés, inglés, portugués ni jerigoza, porque son ‘idiomas’ y está prohibido ‘hablar en idioma’, sólo se puede hablar en español [...] El reino de la prohibición.”³⁸

O Regulamento é visto como um instrumento que visa à submissão: as ordens que aí estão contidas não respondem a qualquer tipo de lógica e não são necessariamente explicadas ou explicáveis:

³⁶ ABBOTT, Jack. *No ventre da besta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p. 25.

³⁷ LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 32.

³⁸ FABBRI, Lucía. *Qué diré de la cárcel*. Montevideo: CIC, 1989. p. 2. (Escritos de la cárcel, v. 5).

– “Su objetivo es anular la capacidad de decisión del detenido y doblegarlo por el temor.”³⁹

O Regulamento é “un andamiaje sofisticadamente construído”⁴⁰ para a destruição da história pessoal e das particularidades de cada uma.

Portanto, essa visão determinava uma atitude frente ao regulamento, que retoma a discussão da relação entre obediência-resistência e sobrevivência. Vejamos:

– “Había un determinado marco [...] como que reconocíamos el hecho de estar presas [...] frente al orden disciplinario había, por un lado, yo pienso que no se aceptaba, que se cumplía como por razones de fuerza y [...] a medida que fue avanzando el tiempo [...] como que ese orden disciplinario era cada vez menos cumplido [...] Porque el reglamento era violado permanentemente [...] era tan estricto que era imposible cumplirlo.”⁴¹

Era necessário aceitar o grande marco, reconhecer o limite real dado pela prisão, pelo estar prisioneiro. Era importantíssimo informar-se e reconhecer, naquela guerra, a existência de uma correlação de forças real (e modificável). Porém, essa obediência não implicava uma aceitação: jogava-se, aí também, com a última opção possível, a da “recusa do consentimento” de que nos falava Primo Levi. Ao mesmo tempo, a necessidade da sobrevivência colocava a questão da desobediência necessária: “era impossível obedecer a todas as ordens e proibições se se desejava sobreviver.”⁴²

O pensamento, a informação, como essenciais. Para decidir sua posição, ou, talvez ainda mais fundamental, qual é o limite, seu “ponto sem retorno, o ponto além do qual nunca, sob circunstância alguma, se cederia ao opressor, mesmo que isso significasse arriscar-se ou perder a vida”.⁴³

Coração informado, construção de um saber ou o exercício, em contraposição ao olhar vigilante e vertical, de um outro olhar, um contra-olhar, horizontal e solidário, também poderoso. Olhar que capte o detalhe, sem perder de vista o horizonte. “Se hizo presente la inevitable necesidad de elaborar permanentemente la realidad como parte de la historia social del grupo, que en este caso formó parte de la historia social y política del país.”⁴⁴

³⁹ URUGUAY. Informe sobre el Establecimiento Militar de Reclusión nº 2, diciembre de 1982. Mimeografado.

⁴⁰ VÁRIOS. La sal de la tierra. *Cotidiano Mujer*, Montevideo, ano 1, n. 3, p. 10, nov. 1985.

⁴¹ SCHILLING, Flávia. Entrevista G. In: _____. *Estudos sobre resistência*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1991. p. 7 e 13.

⁴² BETTELHEIM, Bruno. *O coração informado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 166.

⁴³ Ibid, p. 127.

⁴⁴ MACIEL, Lia. *Grupos operativos naturales*. Monografia. Universidad de la República, Montevideo, 1987. Datilografada. p. 4.

*Encontrar, por meio deste coração informado, uma linguagem própria que superasse os silêncios impostos, que fosse “la contracara del gris silencio con el que quisieron cubrimos.”*⁴⁵

Que, no caso da prisão de mulheres significou aprender e conquistar espaços novos:

*“Para nosotras era una cuestión fundamental no perder la capacidad de pensar, de elaborar, incluso adquirirla, porque como buenas mujeres que éramos, a pesar de que todas habíamos largado nuestro ‘grito de Ipiranga’ y por algo estábamos presas, no teníamos, en su mayoría, la capacidad de ‘hacer’ política, como todas las mujeres que actúan en procesos políticos. Más bien, en nuestra vida habíamos sido encargadas de llevar adelante una política hecha por los hombres. En la cárcel nosotras tuvimos que ‘hacer’ política, que trazar nuestra propia estrategia contra el enemigo, luchar contra él, pero pensando, elaborando nuestra táctica [...] tuvimos que plantear las perspectivas de la cárcel a partir de un momento exterior prácticamente desconocido.”*⁴⁶

Do detalhe da recuperação cotidiana e minúscula dos “pequenos” ataques à identidade, às generalidades do acontecer político global. Da delimitação do fazer possível à delimitação do limite do consentimento.

*“Y esta lucha fue cotidiana como es la lucha del trabajador por el pan de cada día”.*⁴⁷

*Resistência, portanto, geral e minuciosa como o poder que a contextualiza, global e fragmentada, cotidiana e contínua. Vinculada aos limites da obediência. Guerra, explicitada na terminologia usada: luta, inimigo, estratégia, táctica, ataques, defesa. Resistência que implica a “inevitável necessidade” de construir-se sobre um saber que a fundamente. Que apresenta como sentido maior “seguir siendo un ser humano digno, en crearse una forma de vida que de alguna manera genere belleza, genere libertad y genere solidaridad con el resto de las compañeras”.*⁴⁸

⁴⁵ CIC. *Escritos de la cárcel*. Montevideo, 1986. v. I, p. 1.

⁴⁶ Idem. Depoimento Jessie Macchi, p. 36. Gosto de comentar que fomos feministas “avant la lettre”, antes do Movimento Feminista propriamente acontecer nos anos de 1970, com certeza, respondendo ao movimento anterior, de luta pelos direitos, ativo desde o século XIX.

⁴⁷ FABBRI, Lucía. *Qué diré de la cárcel*. Montevideo: CIC, 1989. (Escritos de la cárcel, v. 5). p. 1.

⁴⁸ VÁRIOS. El arte en la cárcel. *La Hora Cultural*, Montevideo, p. 13, 19 abr. 1984.

3 SUDESTE

3.1 Liberdade!

Estava presa quando fiquei sabendo das mudanças que ocorriam no país, no Brasil. As notícias chegavam – quando chegavam – como fragmentos, pedaços. Fiquei sabendo do início da campanha por minha liberdade, quase sem acreditar. Foram dois anos de luta: sabia dos acontecimentos, pois, em determinado momento, começaram a permitir que o cônsul do Brasil em Montevideú, Agenor Soares dos Santos, me visitasse. Foram momentos importantes, não apenas para mim, mas para todas que lá estavam: falavam de esperança, reforçavam a fé de que as prisões políticas não são feitas para durar, que havia novos ares na América. Assino minha “liberdade” no dia 7 de abril de 1980.⁴⁹ Fico em isolamento até o dia 14 de abril, quando me anunciam que viajo, naquele dia, de volta. É impossível descrever a volta: o avião estava cheio de jornalistas e fiquei, o tempo do vôo, dando entrevistas, tentando recuperar o português, tentando me situar. Não tinha ideia da dimensão da campanha, não tinha ideia dos adesivos, da mão aberta com a pomba⁵⁰, dos abaixo-assinados. Até hoje me emociono e agradeço.⁵¹

Esperavam-me – não os conhecia – dois livros, reuniões de cartas, publicados: *Querida Família* e *Querida Liberdade*.⁵² O mais incrível é receber, até hoje, retornos de pessoas que viveram com alegria e entusiasmo aquela campanha, leram os livros, estiveram no aeroporto de Congonhas, quando da minha chegada, deram, para suas filhas, o nome de Flávia.⁵³ Foram alguns meses de televisão, lançamentos, atendimentos a demandas.⁵⁴

⁴⁹ Há uma lei, especificamente criada para dar conta do meu caso, que reduz a pena dos presos estrangeiros no país. Junto comigo saíram da prisão em torno de vinte outros presos políticos, principalmente espanhóis.

⁵⁰ Tenho este quadro em minha casa, presente do autor da gravura, Octávio Rott. Nele há uma frase de Tagore que diz: “A liberdade dos outros estende a minha até o infinito”.

⁵¹ Agradei muito especialmente a homenagem em Porto Alegre, promovida pelo Deputado Adão Villaverde, em uma sessão solene, com todos os “Flávios” e a “Flávia” presentes: Flávio Koutzii, Flávio Tavares e eu. Acabei de receber o livro *Anistia ampla, geral e irrestrita: uma história inconclusa*, organizado por Carla Rodeghero e outros, com belas fotos de minha mãe, em reuniões com os comitês de anistia.

⁵² SCHILLING, Flávia. *Querida Família*. Porto Alegre: Ed. do Coojornal, 1978.

_____. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global, 1980.

⁵³ Até hoje recebo – bendita internet – mensagens comentando essa decisão; muitas Flávias, assim nomeadas por seus pais ou mães, e que me procuram simplesmente para mandar uma mensagem carinhosa. Respondo a todas. Recebo, também, mensagens inacreditáveis de pessoas envolvidas nos acontecimentos daqueles anos difíceis, que estavam de um lado ou do outro e tentam fechar alguma página da vida.

⁵⁴ São Paulo! Esta é uma decisão tomada por minha família quando ainda estava presa. A justificativa é a dinâmica insuperável da metrópole, os movimentos sociais, o nascimento do PT. Meu pai, já afastado do Brizola, liga-se ao PT desde sua fundação.

Tempos realmente difíceis, com a ditadura e a repressão ainda presentes no cotidiano. Tempos confusos, de transição (que nunca se completava), de dúvidas e solidão. Os que chegavam, os exilados, com aquela energia indescritível que ainda possuíam, tentavam se situar em um país totalmente outro. Que país é este? Como entrar no país? Quem é quem? O que vale, o que não vale mais? Foram tempos de luta, também. Muitos, como nós, chegamos apenas com as malas, com pouca coisa ou coisa nenhuma. Cheguei, literalmente, com a roupa do corpo. Foi o grande desafio de refazer a vida ou fazer a vida.

Foi fundamental a decisão tomada, na época, de um afastamento. Novamente, estava em uma encruzilhada: poderia ter seguido carreira política, ficando na condição de “ex”. Optei, muito conscientemente, por uma “construção de mim”, uma defesa do direito à vida privada, uma defesa do direito de um futuro pleno, que fosse além do “ex”. Para mim, na época, já era muito claro qual lugar era vital, qual lugar era impossível de ser ocupado.

O seu ser não é ser vítima.⁵⁵ É um cidadão-cidadã que viveu um caso de violência. Insistimos nesta direção, aparentemente “menor”, mero exercício de palavreado, pela profunda compreensão de que o reverso identitário possível de quem se assume como “vítima” é “agressor”. Este é o elo identitário, as duas caras possíveis da dinâmica da violência.

Esta questão para nós é fundamental, lembrando Martins,⁵⁶ quando fala da nossa modernidade brasileira como “postíça”, “anômala”, ao comentar que a vivemos mais como vítimas do que como beneficiários. A modernidade nos chega de fora, como signos e objetos e nunca como direitos. Não nos chega da modernidade o que lhe é essencial, ou seja, os direitos, a igualdade, a liberdade, a fraternidade, a felicidade. Chegam os objetos, os signos, as coisas e não o conteúdo com seu potencial de crítica do moderno e de direitos.

[...] Um país que convive, por conta de sua relação com esta modernidade anômala, com o tema das promessas não cumpridas. Do país do futuro que não chega. Da escola que não coloca no mercado de trabalho. Do trabalhador que não consegue com seu trabalho ter uma vida digna. Do esvaziamento, que vivemos hoje, de promessas, que não são outra coisa do que a possibilidade de formulação de projetos coletivos que dêem conta da perspectiva da construção de um futuro com mais justiça. Projetos coletivos, que possibilitem a ordenação de uma vida justa em comum.

⁵⁵ SCHILLING, Flávia. Quando novos atores entram em cena. *Boletim eletrônico do Centro de Referência e Apoio à Vítima*, São Paulo, v. 8, 2003. O título é, logicamente, uma singela homenagem ao texto de Emir Sader, essencial nos anos de 1980 e, até hoje, uma referência obrigatória.

⁵⁶ MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 17-45.

[...] *Como se quebra este elo perverso da vítima-agressor, quando pensada no plano pessoal e no plano societário?*

– *No plano pessoal, pela possibilidade da recuperação da fala, da confiança, da história, da memória, da potência. Pela construção de um projeto de vida social, política, familiar ou pessoal que supere a condição anterior.*

– *No plano societário, pela elaboração de projetos coletivos que restaurem, exatamente, estas mesmas coisas, a fala, a confiança, a história, a memória, a potência.*

Foram anos de construção, de estudo, de trabalho em escolas.⁵⁷ A PUC, nos anos de 1980, era uma festa. “De corpo inteiro”, era o nome de uma das chapas que concorria ao DCE. De corpo inteiro estávamos nas “Diretas Já”, nas escolas alternativas, na biodança, na terapia. Anos inquietos, cheios de brilho – realce – de uma liberdade nova, cheirando a juventude.

O movimento pelas “Diretas Já”, para mim, é um marco. Pela primeira vez vejo aqui a dimensão do país, sua força e me encanto. Logo após, fico perplexa com a outra grande manifestação, a do choro, da orfandade: a morte de Tancredo Neves. Que país é este? É o que me pergunto até hoje. Tempos de descoberta, de amizades, alguns amores, de saber viver a vida cotidiana. Saber cozinhar, arrumar a casa, estudar em grupo, fazer trabalhos acadêmicos.⁵⁸ Aprender tudo.

3.2 Trajetória acadêmica e trabalhos

Menção especial a um curso que faço, antes mesmo de entrar no vestibular e fazer a graduação: o do Paulo Freire, na PUC, no mestrado. Ele gentilmente me aceitou como aluna ouvinte.⁵⁹ Conheci o trabalho do Paulo Freire em Montevidéu, com 15 ou 16 anos: *Pedagogía del Oprimido e Educación como Práctica de la Libertad e Comunicación o extensión!* Li Paulo Freire por conta própria, em espanhol, quando publicava no Chile suas obras. Lia Paulo Freire junto com Lênin e Marx.

⁵⁷ Cabe mencionar minha mudança de rumo, da medicina à pedagogia? Necessidade de trabalhar, ter uma inserção rápida. Medicina? “Fica para a próxima”.

⁵⁸ Duas amigas de primeira hora e que estão nas nossas vidas até hoje: Rosa Maria Siqueira e Helena Albertani, Mário e Henrique e famílias! Viva!

⁵⁹ Meu pai, Paulo Freire e alguns outros exilados foram dos “últimos” a terem permissão para voltar. O curso foi em 1981.

A graduação posterior ⁶⁰ foi curiosa: alguns professores marcantes e certo tédio com relação ao curso como um todo. De qualquer forma, foi linda a experiência vivida naquela época, pois a PUC era muito democrática em sua composição. Como cursava à noite, tive uma maioria de colegas da zona leste, muitos estilos de vida diferentes, jovens e não tão jovens, brancas e negras.⁶¹ A maioria trabalhava e estudava: perfil muito parecido ao de nossas(os) alunas(os) atuais, na FEUSP. Eu também trabalhava e estudava.

Comecei com crianças pequenas em uma escola alternativa da Vila Madalena (Suruê), inserida no movimento das escolas alternativas, que tentavam novas experiências em educação. Momento ainda pouco estudado, cheio de vitalidade e outras formas de se relacionar com a escola. Lá conheço pessoas que até hoje estão em minha vida. Trabalho, pela primeira vez, com jovens homens que querem trabalhar com educação e com crianças. Posteriormente trabalho no Colégio Vera Cruz, na pré-escola, onde muito aprendo, onde conheço também um trabalho inovador e outras possibilidades de estar na escola. Conheço a importância de uma equipe forte e unida de professores(as), descubro o prazer da alfabetização (já, então, seguindo as ideias gerais da Emília Ferreiro). Trabalho e estudo, tenho casa, amigas(os), namoro. Quando ingresso no mestrado na Unicamp vou para o Estado, na Secretaria da Ciência e Tecnologia (via IPT), onde descubro as dificuldades de governar.

Fiz meu mestrado na Unicamp, como já relatei. Mais uma vez, cabe mencionar o Prof. Maurício Tragtenberg, meu “desorientador”.

Esse texto não poderia ser tão somente um texto-homenagem. Pois se trata de pensar os efeitos de liberdade produzidos por um professor, um pensador, um libertário, um rigoroso erudito. Daí a forma – talvez pouco usual, pois não se trata de um texto sobre alguém que coubesse em um marco formal – do texto, que pula, vibra, foge, lembra, reverencia.

Nesse texto-homenagem, recordando Maurício Tragtenberg, pensa-se na relação de formação/educação e liberdade. Se há uma pergunta que nos direciona ao alvo que pretendemos atingir, será a seguinte: como se produz a liberdade (como podem se produzir efeitos de liberdade) no interior do trabalho de formação/educação? Como essa produção seria possível se formar/encaixar em uma forma/educar que é basicamente introduzir um sujeito numa determinada ordem de um discurso? Quando sabemos que essa ordem de um discurso nos precede, nos antecede, é recortada por regras de

⁶⁰ De 1982 a 1985. Conheci o Dreca, André Carriere. Anos intensos para toda a família, de buscas e encontros. Um novo membro chega, o Felipe Schilling de Andrade. Bem-vindo!

⁶¹ Como não falar da Márcia Leitão, da Stella Lobo, da Ana Razuk? Amigas até hoje.

*exclusão e de seleção, é hierarquizada, controlada? É possível, enfim, a liberdade na ação de educar?*⁶²

Fiz muitos cursos na Sociologia da USP, como complementação, e porque já sentia que era a área que mais me agradava. Brinco sempre que troquei a medicina – que lida com diagnósticos – pela carreira similar, a sociologia, que também tem essa pretensão. Lá tive alguns professores marcantes. Como não mencionar a Elisabeth Lobo García, com seu curso “Trabalho, Dominação e Resistência”? Em sua homenagem, batizei o curso que atualmente dou na Pós-Graduação, com o título de “Educação, Poder e Resistência”. Era um curso “total”, com uma bibliografia absolutamente enorme e que me ensinou tudo o que sei sobre trabalho, contemporaneidade, modernidade.

Naquele curso, então, conheço Sérgio Adorno, iniciando sua carreira como professor, com o curso sobre Foucault, “Legalidade e Moralidade na construção da ordem social burguesa”, e os seminários temáticos sobre o autor.⁶³ Grande encontro, até hoje, grande professor e pesquisador, pessoa inesquecível. Faço minha vida entre São Paulo e Campinas, usando o ônibus conhecido como “massa crítica”, conhecendo pessoas fundamentais para a educação e para a sociologia brasileira. Encontro, nestas idas e vindas, nestas instituições e com todas as pessoas que as faziam vivas, o enorme prazer do conhecimento.

Os anos do mestrado foram os anos do encontro, também, com meu companheiro, da espera e do nascimento do meu filho.⁶⁴

Anos com muita luz.

Defendo minha dissertação em 1991, logo após o nascimento de Pedro. Não posso deixar de ressaltar a importância que até hoje têm para mim estes textos da dissertação. Foi o momento de organizar os conhecimentos, conhecimentos amplos e dispersos, ainda, mas considero que consigo organizar o solo fértil necessário para construir o diálogo da sociologia com a educação. Foi fundamental o estudo de Durkheim para compreender “escola” e entrar em contato com outros clássicos da sociologia da educação, como Bourdieu, La Boétie, Apple, Giroux, que foram marcantes para a construção deste olhar sobre poder e resistência, deste

⁶² SCHILLING, Flávia; RIBEIRO, Cintya. Pensar é resistir. In: VALVERDE, A. *Maurício Tragtenberg, dez anos de encantamento*. São Paulo: Educ, 2012. p. 175-188.

⁶³ Já conhecia Foucault, por indicação de Maurício Tragtenberg: foi o autor que subsidiou o projeto de pesquisa que apresentei à Unicamp e, posteriormente, à Fapesp. Tive bolsa da Fapesp por um ano, para a realização da pesquisa. Agradeço à Profa. Letícia Bicalho Canedo – posteriormente uma das professoras marcantes do curso de pós – e Roberto Romano, pelas cartas de apresentação, pela confiança no projeto. Agradeço, também, à banca, extremamente paciente com uma iniciante: Ediógenes Aragão Santos e Liliana Petrilli Segnini.

⁶⁴ Meu amor, meu companheiro: Gilberto de Carvalho. Sem ele não teria vivido. Estamos juntos há 23 anos. Meu amor, meu filho Pedro, que já é um homem inteiro, um lindo homem.

face a face sempre provocativo, sem uma vitória ou derrota necessária de nenhum dos oponentes. Lidar, em um mesmo texto, com um pingue-pongue entre Durkheim e Foucault, foi um achado. Começo a perceber quais são os meus temas de pesquisa, onde, neste encontro intelectual, me situo, como intelectual. O que reiteradamente tento compreender?

Durkheim:

*Durkheim reconhece que, talvez, suas indicações possam levar a pensar que exista uma “insuportável tirania” da sociedade sobre os homens; porém, “eles mesmos são interessados nessa submissão; porque o ser novo que a ação coletiva, por intermédio da educação, assim edifica em cada um de nós, representa o que há em nós de propriamente humano”.*⁶⁵

Foucault:⁶⁶

E contra esse poder ainda novo no século XIX, as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre que ele investe – isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo. Desde o século passado, as grandes lutas que põem em questão o sistema geral de poder já não se fazem em nome de um retorno aos antigos direitos [...] o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania.

Procuro compreender as complexas e inesperadas articulações entre a obediência e a desobediência, a submissão e a oposição, permanência e mudança. Se o que move minha vida

⁶⁵ DURKHEIM, Émile David. *Educação e Sociologia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1972. (Biblioteca de Educação). p. 45.

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 136.

é a mudança, a possibilidade de transformação, nada melhor do que tentar compreender estas relações.

Não consigo mais imaginar que possa viver sem estudar e ingresso, em 1992, no doutorado.⁶⁷ Aproveito para assumir plenamente a sociologia, faço meus trabalhos com Sérgio Adorno, na FFLCH. Destaco, como primeiro curso, o de Francisco de Oliveira. Discute-se, no curso, a crise do capitalismo, a crise do socialismo. Além de encontrar, no curso, parceiros e amigos que me acompanham até hoje, grandes interlocutores intelectuais e pessoas generosas, tive a chance de reencontrar Marx. Dedico-me um semestre a reler Marx. Construo, a partir do trabalho final do curso, meu primeiro artigo acadêmico publicado.⁶⁸ Nele, é possível verificar o início de um trabalho que articula temas da sociologia jurídica com a sociologia política, articulação que viria a desenvolver na tese de doutorado. Início, também, um trabalho na área de sociologia jurídica, com vários colegas de doutorado, junto ao IBCCrim.⁶⁹ Destaque, também, para o curso de Maria Helena Augusto sobre “indivíduo”, o de Sérgio Adorno sobre “modernidade”, os seminários de projetos (inesquecíveis) que me ensinaram a ler – e falar sobre – projetos. Foi um grande curso de metodologia de pesquisa. José Carlos Brunni é uma referência, com seu doutorado sobre Comte, seus textos sobre o sujeito em Foucault e sobre o tempo.

Em 1993 e 1994, trabalho no Núcleo de Estudos da Violência. É a primeira vez que encaro este tema, velho conhecido. Lá, participo coordenando a equipe e o trabalho de campo da pesquisa “Continuidade autoritária e construção da democracia no Brasil”. Organizamos um imenso banco de dados sobre crimes fatais, urbanos e rurais. Trabalho com o tema específico dos esquadrões da morte e justiceiros, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. É uma pesquisa muito interessante que permite perceber o impacto de políticas públicas (ou não, como no caso do Rio de Janeiro) sobre este fenômeno, assim como o perfil dos conflitos das regiões periféricas das grandes cidades brasileiras. Começo a compreender não apenas o perfil da violência fatal, mas a história das cidades-capitais, da “urbanização à brasileira”. Compreendo o pleno significado de vidas “des-investidas”, de populações sem direitos. É nesta época que construímos e (posteriormente) publicamos um livro, destinado a

⁶⁷ De 1992 a 1997.

⁶⁸ SCHILLING, Flávia. Marx e Foucault – um estudo sobre o papel da violência, das Leis, do Estado e das normas na construção do operário disciplinado. *Plural*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP/FFLCH, São Paulo, n. 4, 1997.

⁶⁹ O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais é uma organização que reúne promotores, juízes, advogados em torno do debate sobre criminologia crítica e garantismo penal. Organizamos, durante vários anos e até hoje, a seção de sociologia jurídica da revista do IBCCrim. Lá conheci figuras fundamentais no debate jurídico brasileiro, que muito me apoiaram nos anos e na pesquisa de doutorado.

professores, chamado *Violência Urbana: dilemas e desafios*.⁷⁰ Este pequeno livro, já em sua quinta edição (ampliada e felizmente já revista, com uma visão um pouco distinta à daqueles anos), foi fruto de uma parceria com colegas do NEV, como Helena Singer, Marina Soares e Andréa Buoro.

O trabalho do NEV me permitiu compreender a importância de “cuidar” de uma equipe, que enfrentava diariamente uma quantidade enorme de violência, o objeto da pesquisa. Para mim, era muito claro que não é possível ficar indiferente, que a violência – mesmo impressa, contada pela mídia – dói. Foi importante organizar horas de estudo e reflexão e criar um ambiente que fosse leve, alegre, continente. Esta experiência me permitiu sentir como era trabalhar com adultos, em grupo, fazer junto.

Em 1995, fico desempregada,⁷¹ e aproveito para experimentar algo inédito em minha vida: viver de bolsa e dedicar-me de maneira integral aos estudos. É neste ano que se iniciam as atividades de fundação de um laboratório, o LASC (Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea), idealizado pelo professor Orlando Miranda. Lá, foi possível estabelecer uma troca muito interessante entre pessoas que desenvolviam projetos de iniciação científica, mestrado e doutorado. De curta duração (saio do laboratório em 1996), foi marcante, inclusive por uma produção, a revista *Sociabilidades*.⁷² Os textos que apresento são concebidos como textos de apoio para a construção do objeto “sociabilidades”. Conheço, naquela experiência, de forma mais sistemática, a obra de Simmel, Norbert Elias e Antonio Candido. Tönnies, Durkheim, “Escola de Chicago”, Thompson, Canetti, Canclini, Baudrillard, Marc Auge. Estes são alguns autores que mostram a riqueza dos debates do laboratório. Poderia continuar por muito tempo, contando sobre outros encontros: Benjamin, Corbin, Perrot, Weber, Hobsbawm, Sennett, Castoriadis, Arendt, Deleuze.⁷³

Época de intensa produção, publico um texto sobre o “crime” na perspectiva de Durkheim, tentando articular sua visão com a proposta por Foucault.⁷⁴ Temos um grupo de

⁷⁰ SCHILLING, F.; BUORO, A.; SOARES, M.; SINGER, H. *Violência urbana: dilemas e desafios*. São Paulo: Atual, 1999.

⁷¹ Mário Covas, ao assumir, determina que todos os funcionários comissionados sejam demitidos. Estava no NEV, comissionada pelo IPT.

⁷² São três artigos reunidos em uma mesma revista. SCHILLING, Flávia. “Indivíduo e sociedade, o recorte não polarizado de Norbert Elias”; “Cenários da modernidade do século XIX” e “Um estudo exemplar: os parceiros do Rio Bonito”. *Sociabilidades*: LASC/FFLCH-USP, São Paulo, out. 1996.

⁷³ Das pessoas destes diversos grupos saem não apenas grandes amigos e amigas, mas também um grupo de estudos e de apoio, de discussão sobre projetos de pesquisa e de intervenção. Mais tarde, fundamos um Instituto – que permanece “virtual”, chamado IEDIS (Instituto de Estudos sobre Direito, Política e Sociedade) com, entre outros, Andrei Koerner, Eduardo Noronha, Helena Singer, Marcelo Justo, Annie Dymetman. Lembranças especiais para a Maria José de Rezende, da UEL, boa amiga.

⁷⁴ SCHILLING, Flávia. Marx, Foucault, Durkheim: um diálogo tenso, sobre homens e crimes. *Revista do IBCCrim*, São Paulo, v. 13, 1996.

estudos sobre a obra de Michel Foucault, na FFLCH, e começo a trabalhar no projeto do MEC, de construção dos PCNs. Quando imaginava me afastar da educação, volto com tudo!

Fui convidada para trabalhar nos Parâmetros Curriculares Nacionais, auxiliando a equipe dos temas transversais e, principalmente, para organizar a recepção e análise dos pareceres sobre a primeira versão do material de primeira a quarta série. Quando me convidaram, fiquei com muitas dúvidas: currículo? Para que me querem em uma tarefa tão – até então – burocrática, mera listagem de conteúdos? Quando fiquei sabendo da dimensão da proposta, da virada que significava – inclusive – em relação às diretrizes internacionais, considerei que estava entrando em um grupo de pessoas “loucas” e aceitei.⁷⁵ Foi um trabalho até hoje pouco estudado, essencial para entender como se formulam e materializam políticas públicas na área de educação. Havia uma equipe numerosa, majoritariamente feminina, que trabalhou com enorme liberdade e respeito, com uma grande abertura e solidariedade. Foi muito importante e central, para mim, para entender ainda mais o que é “governo”:

A caracterização subsequente dos padrões de reações oficiais à desordem e à marginalidade urbanas nas sociedades avançadas constitui uma simplificação, que exagera grandemente a homogeneidade e a coerência das reações estatais em cada sociedade. Seria necessário distinguir em cada caso, entre planos diferentes (central e local) e domínios diversos (ideológico, legislativo, judiciário, do welfare, etc.) de resposta, bem como entre questões diferentes de intervenção (Por exemplo, dos sem-teto ou da violência coletiva) e grupos-alvo (estrangeiros ou todos os cidadãos, etc.). Na medida em que os Estados são mecanismos organizacionais altamente diferenciados e imperfeitamente coordenados, eles se engajam repetidamente em políticas que, ou são incoerentes, ou operam umas com as outras com propósitos cruzados. Além disso, há com frequência uma lacuna considerável entre os propósitos proclamados e os objetivos reais de uma dada política, de um lado, e sua implementação e efeitos burocráticos no “mundo real”, de outro.⁷⁶

Minhas dúvidas – assim como de boa parte da equipe, formada por “petistas” – também eram políticas. Era possível trabalhar em um governo “neoliberal”? A reflexão acima sintetiza brilhantemente os espaços possíveis existentes para qualquer trabalho. Formamos uma pequena equipe – três pessoas – e nos organizamos para transformar mais de 700

⁷⁵ Cito especialmente a Neide Nogueira, com sua qualidade humana e intelectual, Aninha Inoue, Yves de la Taille, Roseli Fischman, Sílvia Pompéia, Thereza Cury.

⁷⁶ WACQUANT, Loïc. *O retorno do recalçado: violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas. Os condenados da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan/IPPUR/UFRJ-FASE, 2001.

pareceres em textos que pudessem ser utilizados na reformulação da primeira versão do material. Foi um exercício de pesquisa interessantíssimo, de discussões que envolviam a construção do instrumento, de definições das categorias de análise, do necessário respeito tanto à forma quanto à letra do parecer, até sua transmissão aos grupos das áreas e dos temas. Destaques para os debates sobre ética, pluralidade cultural e orientação sexual. Foi impressionante “tomar o pulso” do pensamento pedagógico, via leitura dos pareceres. As demandas, as leituras eram heterogêneas, desde aqueles que reclamavam por mais Piaget e outros que reclamavam mais Vigotsky, até os que encontravam, nos trabalhos, uma perspectiva habermasiana. Norte, sul, leste e oeste com opiniões diversas e acolhimentos antagônicos. Lidamos com apoios dos lugares mais surpreendentes e rejeições diversas. Foi quando senti a dimensão da sociedade civil brasileira: grupos organizados apresentavam suas demandas em relação aos temas transversais, querendo a incorporação de suas questões.⁷⁷

Trabalhei, também, na segunda fase dos PCNs (de quinta a oitava série), elaborando o tema transversal “Trabalho e Consumo” e continuando com o trabalho de organização e análise dos pareceres. A redação do texto *Trabalho e Consumo* foi um desafio: tínhamos uma pequena equipe⁷⁸ e tivemos total autonomia para decidir o enfoque, o formato, o conteúdo da proposta. Até hoje considero que a análise e a articulação propostas são inovadoras, em nosso esforço por recuperar a história das lutas sociais do século XIX, que nos apresentam estes dois direitos nascendo organicamente vinculados. Conseguimos, com um esforço coletivo, realizar o desafio de mostrar como os direitos são indivisíveis, articulam-se e se sobrepõem.

Paralelamente a este trabalho, continuava elaborando o doutorado. O doutorado, defendido em 1997, foi fruto de uma virada: abandono a temática da prisão. Apenas aparentemente, abandono a temática da resistência e encaro um tema absolutamente marginal na academia: o da corrupção política.⁷⁹ Qual foi o contexto da virada?

Com certeza, foram as manifestações pelo *impeachment* de Fernando Collor. Encontro naquelas manifestações a mesma vitalidade e potência dos comícios das “Diretas Já”, que tanto me emocionaram. Havia, naquele momento, a demanda por uma nova forma de relação entre “governantes e governados”. Com certeza, foi a vontade de trabalhar com um conceito – também marginal – foucaultiano, o de “ilegalidades toleradas”, presente em algumas páginas

⁷⁷ Menciono especificamente uma, emergente, do grupo “Cidadania pelas águas”. Foi possível incorporar boa parte de suas demandas no tema “Meio Ambiente”. Educação fiscal, educação para o trânsito, todas as demandas apareciam.

⁷⁸ Trabalhei com Silvio Bock e Hugo Montenegro. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Trabalho e consumo*. Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas Transversais. Brasília, DF, 1998.

do *Vigiar e Punir*. Tentei fazer algo com este conceito no mestrado, mas não consegui articulá-lo com a temática da resistência ao poder disciplinar. Via este conceito ligado ao conceito de “governamentalidade”, como uma das astúcias da arte de governar. Articulei-o ao da “corrupção” e desenvolvi meu trabalho em torno desta articulação.

Com certeza, foi perceber como se constrói a história do Brasil: em 1995, 1996, quando fazia a pesquisa sobre o material publicado na mídia sobre o caso, sentia-me pesquisando a “pré-história”, tal o esquecimento e o descaso. Via também nesta construção da história, como novamente dizia-se que não havíamos feito nada, praticamente não havíamos lutado, tudo teria acontecido por uma articulação da elite, descontente com os rumos da política econômica. O povo? Pareceria, pela leitura da imprensa, que novamente apenas havia assistido, bestializado! Estas foram algumas razões para encarar este tema tão árduo. Novamente, a perspectiva que me orienta é a da mudança, da luta, da tentativa de construção do novo.

O tema deste trabalho é a corrupção.⁸⁰ Uma primeira precisão: dentro deste tema tão amplo, esta tese focalizará principalmente o papel das denúncias de corrupção, entendendo por “corrupção” um conjunto variável de práticas que implica trocas entre quem detém poder decisório e quem detém poder econômico, visando à obtenção de vantagens – ilícitas, ilegais ou ilegítimas – para os indivíduos ou grupos envolvidos. Dentro do tema “corrupção”, veremos, portanto, de forma central, a movimentação que provoca, percebida e reiteradamente denominada como “luta”. Como esta luta se organiza, em torno de que tipo de demandas, quem participa ou dela pode participar? Se a denúncia da corrupção é amplamente reconhecida como uma arma eficaz na disputa política, servindo como bandeira para campanhas eleitorais, servindo, inclusive, como justificativa para regimes antidemocráticos, para medidas de exceção e ditaduras, quais são as características do prolongado movimento denunciatório que vivemos no Brasil desde o final do regime militar?

O objetivo deste trabalho é, reconhecendo que a corrupção se coloca progressivamente no Brasil no centro do debate político, verificar quais são os contornos interpretativos do tema, assim como, em torno do debate sobre a corrupção, da denúncia da corrupção e da luta contra a corrupção se organizam múltiplas demandas, quais são estas demandas e quem demanda. Se esta luta contra a corrupção inicialmente aparece em cena como uma das formas possíveis da luta e da crítica ao

⁷⁹ Minha tese foi a primeira sobre o tema, defendida nas ciências sociais da USP. Consegui criar uma interlocução com duas produções acadêmicas recentes naquele momento: uma, defendida no IEL/Unicamp, e outra, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

⁸⁰ SCHILLING, Flávia. *Corrupção: ilegalidade intolerável? Comissões Parlamentares de Inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992)*. São Paulo: IBCCrim/Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 1999.

regime militar, como uma crítica ao autoritarismo, à discricionariedade e ao segredo que o cercou, acompanhou passo a passo a “Nova República”, explodindo na gestão de Fernando Collor e continuando até os dias de hoje com grande fôlego. Parecendo confirmar desta forma as análises que propõem que a corrupção é independente dos regimes políticos, sendo uma eterna companheira das sociedades humanas, preferimos deixar momentaneamente de lado esta afirmação tão geral, que sugere uma continuidade e uma permanência do fenômeno e buscar, através de dois estudos concretos, o conteúdo desta “luta” para verificar quais são as demandas explícitas que servem de suporte para este movimento.

Procuraremos verificar como, através do movimento denunciatório, vai se conformando um sentimento de existência de uma corrupção ampla e generalizada, que, se por um lado, pode reforçar a sensação de que nada pode ser feito a respeito, aumentando o descrédito que cerca a política e os políticos e apontando para a manutenção de um comportamento resignado em relação a estas práticas, por outro lado, provoca a ocorrência de outra reação que detecta responsabilidades e demanda por punições, colocando em questão formas até então vistas como inevitáveis de fazer política e de governar. Duplo registro, portanto, que transmite uma pálida idéia da ambigüidade que cerca de forma constante tanto a corrupção como a luta contra a corrupção no Brasil, apontando para seu duplo caráter conservador e transformador, com seu caráter de manutenção – por inevitável e fatal – de uma dada distribuição de poder e riqueza ligada a modos de governar e de crítica profunda a esta distribuição e a estes modos de governar.

Uma primeira pergunta se impõe: por que tamanho alarde, nos últimos anos, com uma questão vista por muitos como tão velha quanto a própria espécie humana? [...] justificamos esta colocação em pauta da discussão sobre a corrupção da década de 80 e 90 por conta desse intenso movimento sugerir uma mudança nas formas de entender uma série de práticas até então toleradas por serem vistas como próprias de um modo de governar, como fruto da natureza humana ou de nossa cultura, registradas com uma certa resignação, como algo inevitável ou até fatal: propomos que, nos anos citados, a corrupção é colocada no debate nacional como um “problema”. A discussão – a visibilidade – da corrupção nos anos 80 e 90 pode refletir uma mudança – ora mais, ora menos aguda e definida – na tolerância, aceitação ou resignação, que até então cercava uma série de práticas.

Esta colocação da corrupção como um “problema” a exigir soluções comporta uma série de leituras e possibilidades de compreensão: simples episódio na luta por poder político, ou reveladora de uma tentativa de uma nova articulação entre governantes e governados? Ou, também, situação cuja complexidade comporta ambas

possibilidades? Mais do que optar por uma ou por outra resposta e pretender que seja única, nossa intenção é compreender como a corrupção é progressivamente apresentada como um problema, a quem este problema parece dizer respeito e quais são os caminhos apontados para sua superação.

Precisando melhor o significado do aparecimento em cena da corrupção como um problema, seguiremos uma linha de análise que propõe que a corrupção, nestas últimas décadas – ao mesmo tempo que arma utilizada na disputa política – vai sendo progressivamente percebida por vários setores como um mal público, compondo um conjunto de práticas ofensivas, lesivas ou injustas que se contrapõe a algo que também vai sendo reconhecido como bem público, sugerindo a existência de demandas por uma nova medida do que será considerado “vida justa em comum”. Nesta nova medida de uma vida justa em comum, tratar-se-ia dos limites para o poder decisório sobre o uso do que é considerado bem comum, sobre quem determinaria esse uso e quais seriam os procedimentos utilizados.

Portanto, este mal – a percepção de uma série de práticas vistas como generalizadas e disseminadas denominado “corrupção” – começa a ser discutido como não sendo próprio da natureza humana ou da nossa cultura: o tema da responsabilidade e da responsabilização acompanha este processo. Ao lado da determinação de responsabilidades e, posto que conjunto de práticas progressivamente visto como lesivo a todos, discutem-se competências, quais são ou quais serão os setores convocados a atuar, assim como quais serão as estratégias de superação, reparação ou punição. Veremos, portanto, como a luta contra a corrupção, através da crítica à discricionariedade e ao segredo no exercício do poder político, encontra-se apoiada firmemente em reivindicações por democratização na relação entre governantes e governados, colocando em questão capacidades, dependências e limites entre os poderes da República.

Pretendemos mostrar que, no decorrer dos anos 80 e na década de 90 – culminando em 92, com o impeachment de Fernando Collor – se por um lado persiste a sensação de que “nada pode ser feito”, por outro lado a corrupção é insistentemente apontada como constituindo um problema que diz respeito a todos e que exige soluções, como um “mal público” que afeta a todos e sobre o qual cabe atuar, ao mesmo tempo em que mira determinados centros de poder, acompanhando, apoiando e reforçando o movimento mais geral de discussão sobre a relação entre governantes e governados no Brasil.

Este é o problema, o objetivo e a hipótese do trabalho. Trabalhei com uma ampla documentação do Poder Legislativo, com os relatórios da CPIs analisadas e com uma extensa

pesquisa no material publicado pela imprensa nos anos em questão.⁸¹ Este trabalho foi recompensado com sua publicação em livro e, de forma parcial, em muitos artigos que circularam bastante pelo Brasil.⁸²

Esta tese permitiu que elaborasse, de alguma forma, minha perplexidade, minha sensação de estranhamento – de exilada – em relação ao Brasil. Entrei, por assim dizer, nas “entranhas” do país, no seu movimento de continuidade e de luta por uma transformação, via contato com a literatura sociológica brasileira. Novamente estudei Faoro, Buarque de Holanda, José de Souza Martins, Euclides da Cunha, Machado de Assis.

Após a conclusão: novamente coloca-se o dilema de como construir um lar na encruzilhada. O que fazer? Para onde ir? Encontro um lugar na Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, na gestão de Belisário dos Santos Júnior, antigo advogado de presos políticos no Brasil, organicamente ligado à defesa dos direitos humanos. Encontro, na secretaria, não apenas uma gestão íntegra, mas com projetos diferenciados. Está recém-lançado o Plano Estadual de Direitos Humanos; acontecem audiências públicas. Estamos no Pátio do Colégio, em um lugar que diz: Justiça.⁸³ As pessoas comuns entram neste lugar e contam suas histórias: histórias de injustiças. Recomeço a trabalhar com o tema da violência e, em 1999, assumo a coordenação do Centro de Referência e Apoio à Vítima.

Enfrentar a questão da violência, na perspectiva dos direitos humanos e da consolidação de um Estado de Direito que possa garantir o pleno exercício da cidadania, pressupõe uma multiplicidade de ações envolvendo o governo e a sociedade civil. O marco destas ações é o da indivisibilidade dos direitos humanos compreendidos em seus aspectos individuais e sociais envolvendo os direitos civis, políticos, sócio-econômicos e culturais.

⁸¹ Além de agradecer ao orientador, Sérgio Adorno, pela total liberdade e confiança, gostaria de mencionar as bancas que tive e que foram fundamentais para o sucesso do trabalho, na fase da qualificação e, posteriormente, para sua publicação, assim como de uma série de artigos: Heloísa Fernandes Rodrigues, Maria Victoria Benevides, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Roberto Romano, José Carlos Bruni. Agradecimentos especiais ao Antonio Berto!

⁸² SCHILLING, Flávia. Governantes e governados, público & privado: alguns significados da luta contra a corrupção, o segredo e a mentira na política. *Revista da USP: Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI*, São Paulo, USP, v. 37, 1998.

_____. A discussão sobre a corrupção no Brasil: moral, herança, governo. *Cadernos de Estudos Sociais: Fundação Joaquim Nabuco*, Recife, v. 14, n. 2, 1988.

_____. A corrupção e os dilemas do Judiciário. *Revista do IBCCrim*, São Paulo, v. 28, 1999.

_____. A luta contra a corrupção e a construção da democracia: perspectivas de análise. *Revista do ILANUD*, São Paulo, n. 8, 1999.

_____. O estado do mal-estar: corrupção e violência. *São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação Seade*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2000.

_____. Corrupção, crime organizado e democracia. *Revista do IBCCrim*, São Paulo, v. 36, 2001.

Há vários artigos atualmente *online* no site da CGU.

⁸³ Uma equipe de jovens, inesquecível: menciono especialmente a Denise Hirao. Na equipe do Cravi, uma qualidade humana muito grande, pessoas valentes.

*Somente por meio da consideração destes vários e complexos aspectos poderá ser concretizado o direito de todo cidadão à vida e à segurança. Envolve, também, uma compreensão cada vez mais profunda do que nos acontece, para podermos agir coletivamente.*⁸⁴

Lá, vivo duas experiências importantes: a da gestão pública e a da elaboração intelectual da questão da vitimização.

Consideramos inicialmente o Cravi como um lugar público, onde se pode falar de coisas que são, geralmente, relegados ao âmbito do privado. Ou escutadas, quando muito, no âmbito da polícia ou do judiciário. Geralmente tratadas no âmbito da família, da vizinhança e da religião. Sobre a violência realmente sofrida não se fala: este é um consenso social, pois a morte e o luto são temas negados na contemporaneidade. Coisas da vida privada. A este impedimento juntam-se a vergonha, o medo e a descrença no Poder Público, em sua capacidade de apoiar e, principalmente, fazer justiça.

Portanto, a primeira tarefa dos técnicos do Cravi é construir um espaço onde a família possa falar com confiança, onde tenha a confiança de ser ouvido. É o momento do acolhimento da família. Para desenvolver nosso trabalho, partimos do pressuposto que tanto “família”, como “violência”, como “homicídio” são fatos complexos, multidimensionais e heterogêneos, aparecendo sob uma grande diversidade de formas. Tentamos pensar as redes de conflitualidade e feixes de relações que envolvem estes fatos, superando a opacidade que existe quando se fala em “homicídio” (como se fossem sempre iguais) percebendo sua complexidade e multidimensionalidade.

Há o trabalho interno, de coordenação, de uma equipe valente e heterogênea: psicologia, serviço social e direito.⁸⁵ Novamente, o desafio de cuidar dos “cuidadores”, agora mais urgente que nunca. Criamos apoios teóricos, criamos supervisões por área, foi possível cuidar. Há o trabalho de convênios e parcerias, o trabalho de rede⁸⁶, o trabalho intenso de divulgação do serviço. Conheço um pouco mais sobre as pessoas que vivem nas periferias da cidade de São Paulo, sozinhas ou organizadas, gentes que vieram de todos os lugares, daqui e

⁸⁴ Trecho do texto apresentado no I Colóquio Internacional de Direitos Humanos (NEV, Instituto São Paulo contra a Violência, Memorial da América Latina, 2000). Foi uma época de intensa atividade, conferências, palestras, encontros.

⁸⁵ O Centro de Referência surge vinculado a uma série de organizações, como um projeto inter-secretarial (Secretaria da Justiça, do Desenvolvimento Social, da Segurança Pública), com duas universidades (Serviço Social da PUC-SP e Psicologia da FMU), a Procuradoria do Estado, Senac, Centro Acadêmico XI de Agosto, entre outros. Posteriormente fazemos convênio com o Instituto Sou da Paz e com o Instituto Therapon Adolescência.

⁸⁶ Iniciamos a rede temática Violência, Justiça e Cidadania, em parceria com o Senac – Centro de Formação comunitária para o trabalho.

dali, de todo lugar que se tem pra partir, como diria a canção. Há, como nunca, a possibilidade de construção de conhecimento sobre a violência fatal. Há, ali, uma possibilidade única de um estudo qualitativo do perfil dos homicídios urbanos, verificando a relação agressor/vítima:

Dois grandes grupos de famílias procuram o Cravi: aquelas afetadas pela morte aleatória de algum de seus membros, sem que tenha ocorrido um evento ou conflito ou contexto específico; aquelas afetadas pela “morte anunciada” de algum de seus membros.⁸⁷ São mortes longamente anunciadas, por conta de conflitos de muito tempo, às vezes anos e décadas. Este último grupo é majoritário. Esta situação espelha-se na enorme diferença entre os latrocínios (representando o primeiro grupo) e os homicídios (representando o segundo grupo).

Quem são os agressores na violência fatal? O BO⁸⁸ simplifica as coisas. Em primeiro lugar há ocorrências de autoria conhecida, sendo a grande maioria, de autoria desconhecida. Muitas vezes esta não é a verdade. Há um grande medo, desconfiança em relação à capacidade da polícia de prender o acusado, ou há desconfiança de seu envolvimento com a política local, com os núcleos de poder local tanto legais quanto criminosos.

Entre os de autoria conhecida, por ordem de frequência, temos:

– Os crimes praticados por vizinhos, fruto de conflitos de vizinhança, os crimes do “deu nervoso”. Crimes que poderiam ser evitados se tivéssemos canais de resolução de conflitos, trabalhos ou núcleos de mediação de conflitos. São crimes de “stress” urbano, que eclodem em vizinhanças marcadas pela ausência de direitos, de saúde, trabalho, educação, moradia, cultura e lazer.

– Os crimes praticados na família por familiares. A família, no contexto descrito, é um lugar “perigoso”. Novamente, o crime é precedido por uma longa série de conflitos. Novamente, não havia como mediar o conflito.

– Os crimes praticados por agentes do Estado. A polícia é violenta, mata facilmente. Neste caso, cabem as observações anteriores e estes crimes poderiam ser contidos com um trabalho institucional de formação e educação.

– Os crimes praticados por pessoas ligados ao crime ou ao tráfico, incluindo os justiceiros (matadores profissionais). Novamente, com muitas articulações com os perfis anteriormente descritos, devendo-se distinguir entre aqueles, fruto do “crime desorganizado”, semi-organizado ou organizado. Compõem perfis diferentes, exigem ações de contenção diferenciadas.

⁸⁷ Trecho da palestra no Seminário São Paulo sem Medo II. Rede Globo/ Instituto São Paulo contra a violência/ NEV. Parlamento Latino-americano, 2000.

⁸⁸ Boletim de Ocorrência.

– *Começam a aparecer no Cravi crimes praticados pelas disputas de poder pelo espaço público ou transporte: “máfias” que se geram quando o poder público se omite ou “joga” na regulamentação dos serviços, por exemplo.*

– *Crimes praticados por “poderes locais”, por disputa por poder local. Temos falta de estudos sobre as articulações do poder local com as formas de enriquecimento rápido (crime comum e corrupção). Há pequenas cidades que margeiam a cidade de São Paulo com histórias que parecem retiradas dos estudos sobre “coronelismo e caciquismo”.*

Estes não são “tipos puros”. Estes “tipos” se cruzam das formas mais complexas e não aparentes à primeira vista. Desta forma, é preciso ler com cuidado as estatísticas sobre causas de homicídio. É mais complexo do que parece, justamente porque esta violência fatal acontece no contexto de violências outras, que já mencionamos. A imensa maioria dos matadores é de homens jovens. Causas e motivos: as mais variadas possíveis, compreensíveis ou não. Os ditos “banais”, os por razão de “mercado e consumo”, os que são reflexo do medo urbano, da violência institucional. Este é um primeiro alerta: não ficar com as causas aparentes do acontecimento. Nestas redes relacionais, nestes feixes de relações o cruzamento do mercantil com o pessoal, do mundo da família com o mundo da rua, do público com o privado é intensa.

Em 1999, realizamos uma série de seminários de formação, em parceria com a PUC, no âmbito do Programa de Políticas Públicas financiado pela Fapesp⁸⁹, que resultou no livro *Reflexões sobre Justiça e Violência*.⁹⁰

Paralelamente ao trabalho do Cravi, presto uma assessoria ao GPI,⁹¹ na Comissão da Mulher do Parlamento Latino-americano. O objetivo é fortalecer a comissão e elaborar o projeto da “lei marco”, para melhorar a situação jurídica da mulher. Acompanho os trabalhos da comissão e participo de outras reuniões do Parlamento Latino-americano durante dois anos. Foi uma grande experiência: em primeiro lugar, por permitir que recupere certa identidade “latino-americana”, conhecendo deputados e senadores de vários países, percebendo nossas semelhanças e diferenças. Em segundo lugar, por entrar na temática de “gênero”, tão presente em minha ação e reflexão há tanto tempo. Em terceiro lugar, por conhecer, do lado de dentro da dinâmica parlamentar, os processos de formulação das leis e das políticas nacionais e

⁸⁹ Atuo como representante da instituição parceira governamental na pesquisa “Consolidação da política de atendimento a vítimas da violência urbana, baseada na demanda real e na ação articulada entre os diversos setores do Governo do Estado de São Paulo e da sociedade”. A coordenadora pela PUC é Martha Campos. A pesquisa conta com a coordenação de campo de Isaura Mello e Graziela Pavez.

⁹⁰ SCHILLING, Flávia; MELLO, Isaura Isoldi de; PAVEZ, Graziela (Org.). *Reflexões sobre Justiça e Violência*. O atendimento a familiares de vítimas de homicídio. São Paulo: Educ/Imprensa Oficial, 2002. Destes seminários participam, entre outros, Renato Janine Ribeiro, José de Souza Martins e Yves de la Taille.

internacionais. Foi, ao mesmo tempo, espantoso perceber como aqui, em São Paulo, o Parlatino é um lugar desconhecido, como as propostas e trabalhos (alguns muito interessantes, como o *Informe Carcerário*, sobre a situação das prisões na América Latina) não conseguem sair do prédio círculo fechado e opaco criado por nosso querido Oscar Niemayer.

*Falarei*⁹² *sobre a perspectiva de gênero como um desafio para a formulação de políticas públicas. Mais do que do lugar da socióloga, falarei do lugar da militante de direitos humanos que teve o privilégio, durante o ano passado, de acompanhar como assessora da comissão da mulher do Parlamento Latino-americano a elaboração de uma primeira lei geral (a lei marco) que visa à promoção e à melhoria da situação jurídica da mulher.*

A elaboração desta lei marco insere-se em um processo que tem como um de seus momentos importantes a declaração de 1995, na quinta reunião da comissão da mulher. “O grande desafio que enfrentam as nações latino-americanas consiste em conciliar seus processos de democratização com desenvolvimento econômico e justiça social, de forma a enfrentar as situações de insegurança, iniquidade, instabilidade e crescimento da pobreza [...]. A crise da dívida externa, a aplicação de medidas de ajustes estruturais desvinculadas do desenvolvimento social, agravaram a desigualdade de renda, acelerando a deterioração da qualidade de vida, acentuando as desigualdades regionais e internas de cada país”. Assim começa esta declaração, de cinco anos atrás, traçando o diagnóstico da situação. Continua a declaração: “46% da população total da América Latina não têm como cobrir suas necessidades fundamentais. Um de cada cinco latino-americanos não consome uma dieta suficiente para cobrir suas necessidades nutricionais. O desemprego e o subemprego, a miséria, a pobreza, a marginalidade vêm aumentando [...]. Neste contexto, a feminização da pobreza e a reprodução da pobreza são realidades dramáticas.”

Este é o diagnóstico. Qual é a perspectiva a ser trabalhada para a mudança? A perspectiva é a da indivisibilidade dos direitos humanos: a democracia e a cidadania supõem direitos civis, políticos, reprodutivos, econômicos, sociais, culturais, sexuais e o bem-estar das pessoas, diz o documento. Estes direitos necessariamente devem andar juntos, em complexa interação. No Brasil, no ano passado, algumas conferências trataram a seguinte questão: “sem direitos econômicos e sociais não há direitos humanos”, ou, como bem se disse no Relatório de Direitos Humanos da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, “lugar de direitos humanos é no

⁹¹ Grupo Parlamentario Interamericano sobre Población y Desarrollo, com sede em Nova Iorque, em parceria com UNIFem.

orçamento”. E é disso que se trata: a necessária relação entre direitos e que estes sejam assumidos em políticas públicas claras e com investimentos reais.

Nesta linha de trabalho, a declaração da quinta reunião da comissão diz: “revisar, modificar e integrar as políticas macroeconômicas e sociais. Insistir que o pagamento da dívida externa [...] não deverá ser feito em detrimento do investimento social. Este deverá ser o critério para a elaboração e aprovação dos orçamentos nacionais”; “promover políticas de crescimento econômico e equidade social, com recursos para melhorar o acesso à educação, ao crédito, capacitação, emprego e salários das mulheres, atendendo especialmente os grupos em situação de pobreza ou marginalização”; “assegurar serviços de apoio às mulheres e homens trabalhadores com creches, educação infantil, horários flexíveis e socialização do trabalho doméstico”; “garantir políticas de previdência social e direitos trabalhistas que promovam um sistema de relações trabalhistas justo”.

E hoje? Recuperando discussões da versão preliminar do Relatório oficial do Governo Brasileiro sobre Beijing +5, encontramos que: a economia é a área mais crítica no processo de reestruturações que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo. O cenário para as mulheres no mercado de trabalho é, sobretudo, paradoxal: cresce a participação e observa-se maior mobilidade ocupacional enquanto persistem a segregação ocupacional, a defasagem dos salários femininos em relação aos masculinos e o aumento das taxas de desemprego feminino. Neste quadro, mais grave ainda é a situação das mulheres negras. Neste relatório preliminar, quando se analisam os obstáculos, diz-se que: “um dos grandes problemas é a escassez de mecanismos de promoção de igualdade afirmativa na esfera de trabalho, tanto no setor público como privado. Outro problema levantado é o da ameaça de perda de direitos consagrados, salário maternidade, novas regras de aposentadoria que implicam perda de benefícios para as mulheres.” Outro obstáculo mencionado é o da desarticulação entre ações de órgãos governamentais, a inexistência de uma perspectiva geral que pudesse nortear ações específicas.

Este é, então, o contexto, em grandes e gerais linhas, de algumas questões relacionadas com a formulação de políticas públicas. É o contexto da lei marco, em processo de aprovação na Comissão da Mulher, atualmente em discussão em diversos países e que pretende tornar-se um documento que possa atuar como uma linha geral na perspectiva geral da indivisibilidade dos direitos humanos para nortear ações específicas.

⁹² Trecho da palestra, representando a Presidente do Parlamento Latino-americano, Beatriz Paredes (México), no Seminário Internacional “Gênero no Mundo do Trabalho: experiências e propostas”. São Paulo: SERT/ Conselho Estadual da Condição Feminina, Parlatino, 2000.

Junto, desta forma, algumas temáticas: gênero, direitos humanos, políticas públicas, violências. Como pano de fundo, a problemática da justiça. É uma fase de intensa atividade, cursos, palestras e algumas publicações que sistematizam estas questões.⁹³ Trabalho, paralelamente, com educação em direitos humanos, participando da organização de seminários de formação de professores. Participo dos encontros de avaliação e discussão do Plano Estadual de Direitos Humanos, participo de atividades e palestras discutindo o Plano Municipal de Direitos Humanos, dos Encontros Estaduais, na formação de professores, na formação no Grupo de Direitos Humanos da Polícia Militar. É, novamente, uma fase riquíssima, de conhecimento do país, de reconhecimento de tantas ações importantes que estão acontecendo – nas periferias, em políticas públicas, nas ONGs. É momento de juntar algumas peças do arquivo, que estavam soltas.

3.3 USP

Em julho de 2001, ingresso como professora na Faculdade de Educação da USP. Desde fevereiro daquele ano, quando fiquei sabendo do processo seletivo, pensava qual dos caminhos deveria escolher: o da ação pública, ou o da universidade? Resolvi pela universidade quando compreendi que não havia oposição. Até hoje me alegro dessa decisão, até hoje me alegro quando chego à FEUSP.⁹⁴

3.3.1 O ensino

Tenho medo, quando entro: como serei como professora? A paixão é imediata e (felizmente) recíproca.⁹⁵

⁹³ SCHILLING, Flávia. A discriminação de gênero e as diversas formas da violência contra a mulher. In: SEMINÁRIO ADVOCACIA PRO-BONO EM DEFESA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, 2002, Campinas. *Anais...* Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

⁹⁴ Fundamentais para essa decisão foram os queridos e admirados colegas Maria Victoria Benevides e José Sérgio Fonseca de Carvalho. Obrigada!

⁹⁵ Para mim é uma honra renovada que, desde 2005, fui chamada para ser paraninfa, professora homenageada, patrona, em seis ocasiões, pelas turmas da pedagogia. Considero esse retorno emocionante.

Estou especialmente emocionada, por este convite, pois vocês foram minhas primeiras classes na universidade, na USP.⁹⁶ Para mim, muito mudou com este encontro. Neste encontro, descubro os alunos, as alunas da Faculdade de Educação. Muitos, muitas, já professoras. O que vejo em vocês que faz com que sejam tão especiais?

– A curiosidade, a primeira grande qualidade do trabalho intelectual.

– Uma vontade de saber. Vejo em vocês uma abertura para aprender, uma predisposição para aprender. É uma grande qualidade, que pressupõe uma abertura para a relação com o outro, confiante, predisposta ao diálogo. Uma atitude de generosidade. Diz Clarice Lispector: “entregar-se a pensar é uma grande emoção e só se tem coragem de pensar na frente de outrem quando a confiança é grande a ponto de não haver constrangimento em usar, se necessário, a palavra outrem”.

– Vejo uma seriedade muito interessante, que não se confunde com sisudez: há muita festa e muita risada, mas muita seriedade e firmeza, condições indispensáveis para o trabalho.

– Percebo uma firmeza de caráter, uma resolução que não deixa que nada as abata. Esta firmeza, esta resolução, esta “teimosia” foi a que permitiu que passassem pela estreitíssima porta do vestibular [...]. Este diploma tem, portanto, um significado muito especial, não é um papel. É uma história de luta, de superação, de conhecimento.

Fico feliz por conhecê-las, meu coração se alegra e se enche de esperança nesse encontro, quando começo a aprender o ofício de professora. Descubro este ofício com seu significado de ampliar o espaço, alargar as fronteiras, superar os obstáculos. Descubro este ofício com seu significado de tentar nos tornarmos mais fortes, com mais condições de compreensão das coisas do mundo, tentando entender o que nos acontece. Este ofício tem por objetivo compreender e poder lidar com as formas possíveis de estar no mundo. Sempre repito que educação é criação deste espaço de mundo grande, é ar - ar nas relações, ar que vitaliza, me vitaliza, as – os vitaliza. Lembrando alguns trabalhos que vocês leram e estudaram, esta relação professor-aluno, nesta arte que é educar, tende à liberdade.

Cada semestre é um tempo para um novo estudo, para uma nova proposta: de quantos anos precisaremos até conseguirmos o programa “perfeito”? Essa é uma questão rapidamente respondida: um curso só é perfeito quando da sua enunciação; imediatamente após, há novas vontades, novos caminhos a serem percorridos. Cada classe, nesse curso único, é um desafio peculiar, uma nova relação.

⁹⁶ Trecho do discurso na formatura das turmas de Pedagogia de 2004, que me escolheram como paraninfa (2005).

Nestes anos, percorri os caminhos da sociologia da educação na graduação em pedagogia, na “Introdução aos estudos da educação”, para as licenciaturas, das optativas, da pós-graduação.⁹⁷ Sempre inquieta, cada entrada em sala de aula parecia a “primeira vez”. Monto edições e mais edições dos cursos, na busca por um curso denso, elegante, firme, claro...

Na pós, em “Educação, Poder e Resistência”, me aproximo cada vez dos estudos estritamente foucaultianos, tentando trabalhar sua perspectiva de pesquisa. Não posso deixar de mencionar o trabalho na disciplina “Leituras sobre método e técnicas de pesquisa em sociologia da educação: projetos de pesquisa”, com alunos de várias linhas de pesquisa, em trocas importantes que permitem reformulações dos projetos iniciais.

3.3.2 Orientação

Outro encontro extraordinário é o de orientação. Iniciei este trabalho, ainda informalmente, no Núcleo de Estudos da Violência, acompanhando os ICs e mestrados em curso. Continuei, no LASC, discutindo os trabalhos dos colegas, e este trabalho foi fundamental no nosso grupo de estudos, discutindo os mestrados e doutorados que preparávamos. Ganhei muita experiência – na leitura de projetos – nos seminários de projetos e, posteriormente, já doutora, em bancas. Participo com grande disponibilidade em bancas de mestrado e doutorado em várias faculdades e áreas, pois esta é uma atividade que me dá muito prazer: atíça minha curiosidade, e a possibilidade de ler um trabalho recém-nascido e discuti-lo com colegas é muito importante. Aliás, é um dos poucos momentos em que nos entreouvimos, entre nós, professores, nos conhecemos, descobrimos como pensamos e entramos em contato com outras pesquisas.⁹⁸

⁹⁷ Sociologia da Educação I e II, sempre com novos formatos. A optativa, credenciada em parceria com o Prof. José Sérgio Fonseca de Carvalho, “Educação e atualidade – a questão do sujeito”, que já teve três formatos: um, mais foucaultiano, outro, discutindo a emergência, nos últimos anos, da questão da “comunidade”, trabalhando centralmente com Bauman e Sennett, em um trabalho coletivo de pesquisa, e o que atualmente trabalho, discutindo as questões da identidade, igualmente em um trabalho de pesquisa. Ministrei “Introdução aos estudos da educação” para uma primeira turma de licenciatura em 2002, absolutamente inesquecível, e atualmente estou novamente nas licenciaturas. “Educação, Poder e Resistência” foi a disciplina credenciada junto à pós, já com quatro formatos, com grande procura por parte dos orientandos da FEUSP e de outras unidades. Credenciamos como disciplina da área temática em parceria com Marília Sposito e Maria da Graça Setton, “Projetos de pesquisa: leituras sobre método e técnicas na sociologia da educação”, que continua até hoje, com muita procura por parte dos alunos.

⁹⁸ O Lattes me anuncia que já são 177 bancas, entre mestrados e doutorados, qualificações e defesas.

Esta intensa atividade não impede que me sinta uma novata na tarefa de orientadora, pois este também é um lugar de busca constante de novas formas. Já tenho 35 orientações defendidas, entre doutorados, mestrados, iniciações científicas, monografias de especialização e trabalhos de conclusão de curso. Oriento na Pós-Graduação da Faculdade de Educação na linha de pesquisa de Sociologia da Educação e, desde 1997, na Pós-Graduação da Faculdade de Direito, na linha de pesquisa de Direitos Humanos. Nunca consegui reduzir o número de orientandos, sempre estou no máximo permitido pela Universidade. É muito? Com certeza, mas precisava deste mergulho. Este trabalho me ajuda a perceber o que faço, qual é o lugar acadêmico que ocupo, quais são as linhas de pesquisa que desenvolvo, de fato. O resultado do trabalho? Considero que é muito bom, tenho boas teses e dissertações, iniciações, monografias importantes. Tenho orgulho dos trabalhos que orientei. Nos últimos anos, a partir da demanda da FEUSP para incrementar as publicações discentes, procuro publicar com meus(minhas) orientandos(as). Conseguimos bons resultados com artigos importantes e reconhecidos.⁹⁹ Essa lista mostra claramente uma diversidade temática que – creio – encontra um elo em uma preocupação ético-política bastante constante e clara: a da superação das desigualdades e injustiças.

3.3.3 Grupos de pesquisa e pesquisas

1. O primeiro grupo do qual participo, como líder, junto com o Prof. José Sérgio Fonseca de Carvalho, é um grupo de pesquisas sobre temas de educação em direitos humanos

⁹⁹ SCHILLING, Flávia; FERNANDES, Fernanda de Castro. A democratização do direito: um olhar sobre o curso de Promotoras Legais Populares. *Interamerican Journal of Education for Democracy*, Indiana University, EUA, v. 1, p. 77-97, 2009. SCHILLING, Flávia; KAMIMURA, Akemi. Direitos Humanos e vítimas de violência: experiências e dilemas do atendimento. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais da Unesp, São Paulo*, v. 36, p. 41-71, 2009. SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Regina Galdino. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. *Educação e Pesquisa: Revista da USP, São Paulo*, v. 34, p. 243-254, 2008. SCHILLING, Flávia; GRACIANO, Mariângela. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. *Estudos de Sociologia*, São Paulo, v. 13, p. 111-132, 2008. SCHILLING, Flávia; SANTOS, Juliana. Direitos Humanos, igualdade e diferença: as tensões em torno das relações de gênero no Movimento Zapatista. *Org & Demo: Revista da Unesp, Marília*, v. 9, p. 75-94, 2008. SILVA, Hamilton Harley Carvalho; SCHILLING, Flávia. Fronteiras da sexualidade, fronteiras do consumo: sobre os jovens homossexuais do subúrbio de São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-9. SCHILLING, Flávia; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. *Proposições*, Campinas, ano 23, v. 1, n. 67, jan./abr. 2012.

e cidadania.¹⁰⁰ Esse grupo é, em grande parte, resultado de seu trabalho de formação de professores em direitos humanos, do qual participo em várias edições. Tenho o prazer de trabalhar com sua equipe, discutindo democracia e, muito especialmente, seus dilemas no Brasil.

Apresento como plano de pesquisa e, posteriormente, como projeto geral de pesquisa, o texto *Da declaração à ação: subsídios para o trabalho de educação em direitos humanos*.¹⁰¹

O título proposto “Da Declaração à Ação” traduz nossa inquietação: como se passa de declarações – com seu caráter de carta de intenções – para as ações concretas, para políticas de Direitos Humanos em um país que os viola de forma constante? Como trabalhar com os direitos humanos em um país campeão da desigualdade social, desigualdade esta que coloca em xeque de forma permanente os direitos civis, econômicos, sociais, culturais, ambientais? Qual é a história dos DH no Brasil, qual foi a produção teórica sobre o tema, quais foram as áreas de conhecimento e os conteúdos principais?

[...] Compreender os caminhos percorridos pela produção teórica a respeito, perceber como se fala, para quem se fala, de que lugar se fala sobre direitos humanos, como estas falas são transpostas para os programas de ações de políticas públicas é essencial para desenvolver trabalhos consistentes nas escolas. [...] Papel fundamental nesta produção e que dialoga com a acadêmica tentando conquistar espaço na formulação destas políticas públicas é o das organizações (principalmente não-governamentais) que atuam na área dos direitos. Estas organizações serão objeto de mapeamento e pesquisa para compreender como situam o objeto, o contexto de seu trabalho, sua ligação com as políticas públicas e a produção acadêmica.

A primeira ação – além dos estudos que desenvolvemos nas pesquisas já citadas – é um pequeno levantamento sobre os projetos em direitos humanos na USP,¹⁰² a partir de um seminário sobre a temática, em 2002. Estes resultados, mais uma série de reflexões sobre teoria e prática dos direitos humanos na educação, foram organizados em um livro que

¹⁰⁰ Com José Sérgio Fonseca de Carvalho, Carlota Boto, Denise Trento, Sandra Sawaya.

¹⁰¹ Aproveito este título e alguns trechos do projeto, no artigo apresentado no seminário do Observatório de Direitos Humanos do Mercosul. SCHILLING, Flávia. Da declaração à ação: desafios para o trabalho de educação em direitos humanos. In: OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL. *Políticas Públicas de Derechos Humanos en el Mercosur*. Un compromiso regional. Montevideo: ISODE, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriomercosur.org.uy/libro/desafios_para_o_trabalho_de_educacao_em_direitos_humanos_14.php>. Acesso em: 20 jan. 2012.

conseguiu financiamento do Pró-Divulga, da Pró-Reitoria de Pesquisa, em seu concurso de dotações para textos de divulgação, e foi publicado pela Editora Cortez.¹⁰³

Cabe mencionar minha participação no Observatório de Direitos Humanos do Mercosul, uma iniciativa que congrega algumas ONGs e poder público dos países do Mercosul, organizado pelo Isode,¹⁰⁴ de Montevidéu. Foi, novamente, uma chance de elaborar, encontrar, reparar. Exercer, mesmo que um pouco, uma cidadania maior, mais continental.

Este é um tema por mim intensamente trabalhado, com publicações vinculadas à área do Direito e participações na Andhep, ocasionalmente com a Secad/MEC e Ministério da Justiça, discutindo a educação como um direito humano e o direito humano à educação. Tenho várias orientações nessa temática, tanto na Faculdade de Educação como na Faculdade de Direito, assim como publicações.¹⁰⁵

Trabalho (faço questão) com o tema em sala de aula, na graduação: sempre o coloco em uma das aulas onde discutimos a questão da escola e seu lugar na sociedade, e, como uma das visões possíveis, apresento a da educação como um direito humano. Lemos a Declaração dos Direitos Humanos: é incrível comprovar, ano após ano, que ninguém leu a Declaração. Faço um trabalho problematizando visões que até hoje circulam na mídia sobre a Declaração e lemos artigo por artigo, problematizando seu conteúdo, mostrando a heterogeneidade de direitos que aí estão contidos, sua polifonia, suas tensões, principalmente a que se coloca entre a igualdade e a diferença.¹⁰⁶ Lemos, ao final, em detalhe, o que se diz sobre a educação, as hesitações do artigo, suas possibilidades de leitura. A linha é a do debate, da problematização e das possibilidades contidas nessa proposta de como poderemos viver juntos.¹⁰⁷

¹⁰² Projeto financiado pelo FCEX, com bolsas-trabalho para as alunas da graduação que participaram do levantamento.

¹⁰³ SCHILLING, Flávia (Org.). *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez/FEUSP, Pró-Reitoria de Pesquisa, 2005. Esse livro saiu em segunda edição, com revisão ortográfica e pequenas modificações, neste ano de 2012, também pela Editora Cortez.

¹⁰⁴ Instituto de Solidaridad y Desarrollo.

¹⁰⁵ SCHILLING, Flávia. O direito à educação: um longo caminho. In: BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). *Educação e Metodologia para os Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008. SCHILLING, Flávia. O direito à educação e a educação como um direito humano: tensões e possibilidades em torno da ideia de Justiça. In: NALINI, José Renato; CARLINI, Angélica (Org.). *Direitos Humanos e Formação Jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 1, p. 89-99. SCHILLING, Flávia. Inclusão/Exclusão, dentro/fora: reflexões sobre a construção da ordem. In: ONOFRE, Eduardo Gomes; SOUZA, Maria Lindaci Gomes de (Org.). *Tecendo os fios da inclusão: caminhos do saber e do saber fazer*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 15-29.

¹⁰⁶ Menção especial para a dissertação de mestrado da Daniele Kowalewski, *Diferenças culturais na educação: discursos, desentendimentos e tensões*. Magnífico trabalho, defendido em 2010, do qual muito me orgulho. Muitos agradecimentos, já e sempre, para Maria Cecília Christiano Cortez, a quem muito quero e admiro.

¹⁰⁷ Neste grupo desenvolvemos uma pesquisa importante entre 2005 e 2006, a Avaliação da Implantação do Centro Educacional Unificado (CEU). A pesquisa consistiu em um estudo da implantação dos Centros Educacionais Unificados da Cidade de São Paulo. Foram realizados: análise do projeto, análise das pesquisas quantitativas desenvolvidas pela SME; análise dos documentos do processo; análise do regulamento;

As singelas possibilidades apontadas – diálogo, negociação de conflitos, aproximações entre aqueles vistos como “diferentes/inimigos” – não são simples. Constituem um campo de lutas que tem como norte, quem sabe, uma idéia de fraternidade ainda não suficientemente construída e muito menos praticada. Implica uma compreensão dos usos que se fazem atualmente do termo “cultura”, das dinâmicas classificatórias que nos questionam e mobilizam em torno do que é justo, belo, normal, desejável. Implica saber quem fala, de que lugar se fala, que lugar de poder nos nomeia e determina os modelos que devemos seguir. Significa, finalizando, tentar construir um tempo e um espaço para o pensamento que possa subsidiar a atitude crítica.

Sabendo, claro, que se trata de uma tensão irreduzível, para a qual tentaremos construir respostas provisórias e flexíveis frente aos dilemas do cotidiano escolar quando comprometidos com a realização do direito humano à educação. Não como um discurso belo e utópico e sim como práticas que permitem com que o direito se realize plenamente.¹⁰⁸

Junto a esta questão, continuo trabalhando e sendo convocada a trabalhar com a temática da violência, especificamente sobre a violência nas escolas. Sobre isso tenho um trabalho de intervenção em três escolas, junto com a FDE (Projeto Paz nas Escolas) que originou um artigo publicado em uma revista internacional.¹⁰⁹ Desenvolvo trabalhos junto às redes públicas de ensino e tento superar as abordagens vagas, imprecisas, que diluem o objeto, que dão a impressão de que “a violência tomou conta do mundo”.¹¹⁰ Cansada da violência – claro –, é um tema do qual não fujo pois talvez ainda possa contribuir com algum equilíbrio sobre estas questões, tão presentes na mídia. Como trabalhar o tema sem cair, sem escorregar para o reforço do pânico urbano?

entrevistas com professores, coordenadores, gestores, usuários, alunos, em três CEUs da cidade de São Paulo. Tivemos a participação de cinco alunos de graduação, dois mestrandos e um doutorando. O Prof. José Sérgio Fonseca de Carvalho e eu dividimos a coordenação. Projeto financiado pelo PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Uma excelente experiência de trabalho em equipe!

¹⁰⁸ Pequeno trecho do texto de SCHILLING, Flávia. O direito à educação: um longo caminho. In: BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). *Educação e Metodologia para os Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 283.

¹⁰⁹ SCHILLING, Flávia. Educação em direitos humanos: reflexões sobre o poder, a violência e a autoridade na escola. *Universitas Psychologica*, Bogotá, v. 7, p. 685-695, 2008. Este texto foi republicado no Brasil, recentemente: SCHILLING, Flávia. Educação em Direitos Humanos: reflexões sobre o poder, a violência e a autoridade na escola. In: PUPPIM, Ana Silvia; CYMBALISTA, Célia; BOONEN, Petronella Maria (Org.). *30 anos de luta por direitos humanos*. São Paulo: CDHEP, 2011. v. 1, p. 13-26.

¹¹⁰ SCHILLING, Flávia. Violência na Escola. In: WESTFAL, Márcia Faria; BYDŁOWSKI, Cynthia Rachid (Org.). *Violência e Juventude*. São Paulo: Hucitec, 2010. v. 1, p. 219-232. SCHILLING, Flávia. Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas. In: PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria da Educação (Org.). *Enfrentamento à violência nas escolas*. Curitiba: SEE/Governo do Paraná, 2010. v. 2, p. 11-18.

Vemos a multidimensionalidade e a complexidade deste conceito, desta palavra que se abre, se expande em muitas direções. Se o objeto é complexo, fica claro que não daremos conta dele de forma simplista. As respostas ao desafio de encarar de frente a nossa violência também precisam ser complexas e dar conta destas múltiplas dimensões.

Nossas ações precisam ser multidisciplinares, intersetoriais, multisetoriais. Romper com as antigas divisões e separações. É preciso polícia, justiça, moradia, trabalho, saúde, educação, meio ambiente, cultura, apoio às vítimas, punição e tratamento dos agressores. É preciso, principalmente, política. Que possamos discutir como viver juntos. Há intervenções que podem ser feitas a partir dos recursos próprios, dos recursos pessoais, de cada um de nós. Há ações que só são possíveis a partir da construção de um coletivo, outras que dependem de ações governamentais.¹¹¹

Participo de debates principalmente nas redes públicas de ensino, pois objeto que não cessa de se expandir, de ganhar novos contornos. Publicamos, também, um número temático em revista de circulação em bancas, para tentar ampliar um pouco o público atingido.¹¹² Cabe mencionar que o livro *A sociedade da insegurança e violência na escola* (Moderna, 2004) foi distribuído nas redes públicas de ensino e ficou entre os finalistas do prêmio Jabuti de 2005.

2. Junto com as colegas do Edges (do qual sou membro), Claudia Vianna e Marília Carvalho, apresentamos ao CNPq um projeto de pesquisa aprovado para o período de 2006 – 2008, com financiamento, que se chamou: “Democratizando o conhecimento: o Estado da Arte sobre gênero e educação formal como subsídio para a formulação de agendas e ações de políticas governamentais e não governamentais”,¹¹³ o qual foi por mim coordenado.

O projeto teve por objetivo a organização de um banco de dados disponibilizado por meio de tecnologia digital, para difundir e democratizar o conhecimento produzido nas Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa do Brasil para gestores(as) governamentais e não governamentais que trabalham no campo da educação e, desta forma, subsidiar a construção de agendas de pesquisas e a formulação de políticas públicas de educação formal voltadas para a superação do sexismo na educação e das desigualdades de gênero, contemplando as diversas possibilidades de construção de feminilidades e masculinidades.

¹¹¹ Texto de Flávia Schilling, 2007. Disponível no site do Programa Ética e Cidadania do MEC: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=923>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

¹¹² REVISTA EDUCAÇÃO. Grandes temas: Violência e Indisciplina. São Paulo: Segmento, 2007. p. 6-26.

¹¹³ 402924/2005-3 – Ed. 452005. SP Mulheres/ Edital MCT/CNPq/PR-SMP 45/2005 – Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. Valor do financiamento: 18.300,00. A pesquisa contou com a participação das professoras pesquisadoras: Claudia Pereira Vianna, Marília Pinto de Carvalho e Maria de Fátima Salum Moreira (Unesp) e com 18 alunas(os), entre graduandas(os), mestrandas(os) e doutorandas.

Tratou-se, para atingir este objetivo, de atualizar e organizar o conhecimento acumulado na produção acadêmica sobre educação formal, a partir da perspectiva das relações sociais de gênero. O banco de dados formado chama-se “Base Ariadne”. O trabalho foi finalizado e seu relatório aprovado em 2008 e teve um primeiro artigo coletivo lançado em 2011.¹¹⁴ Foi um trabalho exemplar que envolveu doutorandos, mestrandos, graduandos em uma construção coletiva do formato da pesquisa, busca por descritores adequados, coleta de dados e sua organização.¹¹⁵ Mostrou a possibilidade – ímpar – do diálogo e da construção coletiva de conhecimento.

3. Coperp – Em 2009, com Julio Groppa Aquino, Cecília Hanna Mate e Cintya Ribeiro, criamos o grupo do CNPq chamado “Coletivo de pesquisas sobre educação e relações de poder”. Foi uma forma encontrada de dar visibilidade a uma série de produções de pesquisas na perspectiva foucaultiana que estavam invisíveis no cenário acadêmico. Este grupo juntou todos nossos respectivos orientandos e mais pessoas interessadas em encontros mensais, que se dividiram entre encontros de apresentação das perspectivas dos diferentes orientadores e encontros com colegas de outras universidades que desenvolvem pesquisas com o apoio de Michel Foucault e outros pensadores críticos contemporâneos. É um grupo importante que, sob a liderança do Prof. Julio Groppa, tem uma série de publicações e participações.¹¹⁶ A programação deste ano consistirá na organização de publicações com artigos de mestres e doutores orientados por nós. É um espaço em construção que tem uma potência formadora importante, que permite a troca entre áreas de conhecimento distintas e o trabalho em um coletivo.

4. Bolsa Pq2-CNPq – Com vigência de 2009 a 2012, desenvolvo a pesquisa que tem por título “Direitos Humanos, Justiça e violência: percepções sobre a escola justa”. É uma pesquisa que está sendo realizada no marco da Bolsa de Pesquisa do CNPq – Produtividade

¹¹⁴ SCHILLING, Flávia; VIANNA, Claudia Pereira; CARVALHO, Marília Pinto de; MOREIRA, M. F. S. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, p. 525-548, 2011.

¹¹⁵ Imediatamente após este período tive uma pesquisa financiada por financiador privado, entre 2008 e 2009, o Projeto de Pesquisa Navegando na Rede: um estudo sobre sociabilidades juvenis na internet. Bolsa UOL-Pesquisa/Fundap com IC vinculada, com bolsa, de Márcia Cardoso. Tratou-se de uma investigação sobre usos da internet por alunos do Ensino Médio de uma escola pública, buscando detectar padrões de sociabilidade, amizade e namoro. Há uma primeira fase da pesquisa já concluída – com alunos de uma escola particular – que detecta padrões comuns às meninas e aos meninos e um uso “prudente” dos sites de relacionamento, com o virtual prolongando o “real”.

¹¹⁶ Menciono especialmente o livro AQUINO, J. G.; RIBEIRO, C. *A educação por vir*. Experiências com o cinema. São Paulo: Cortez, 2011. Nesse livro, faço um prefácio – “Por vir: um prefácio” – que mostra a liberdade do debate.

em Pesquisa, PQ 2008, Processo 307409/2008-2. Tem como objetivo geral articular a redução/tratamento da violência no ambiente escolar com a temática dos direitos humanos, tendo como foco a construção de uma escola justa. Para tanto, se propôs um estudo que sistematizou os debates contemporâneos sobre o tema, com ênfase na tensão entre igualdade/diferença, como elemento-chave para a construção de uma ideia de justiça; realizar um estudo sobre as pesquisas existentes sobre justiça, percepções de justiça/injustiça nos vários âmbitos da sociedade brasileira, com ênfase nas pesquisas que tratam esse tema no cotidiano escolar; desenvolver uma pesquisa empírica sobre as percepções de professores, alunos(as) do Ensino Médio e funcionários de uma escola da rede pública da cidade de São Paulo sobre o que seria uma escola justa. O projeto contou com duas ICs vinculadas. Apresenta dois capítulos de livros já publicados e se encontra em fase final.¹¹⁷

Retomo, com esse projeto, algo que subjaz o tempo todo em meus estudos: a questão da justiça. Procuro, com isso, escapar do círculo vicioso que permeia uma série de discussões sobre a violência e mesmo sobre os direitos humanos. É a proposta de estar em outro lugar para ver as coisas, e que tem se revelado surpreendente. Um trecho do projeto em questão esclarece essa tentativa:

Havia (e há) como ponto de partida, a constatação do impasse que cerca o debate sobre a violência no cotidiano escolar, discussão que se tornou bastante circular. Como lidar com os conflitos que aí acontecem, de forma, quem sabe, mais estrutural, mais profunda, lidando com as demandas por uma escola mais justa? O que seria uma escola justa? Seria aquela que trata de maneira integrada os direitos humanos em seu cotidiano? O que se compreende por “direitos humanos” nas escolas? Enfim, foi essa constatação de uma repetição e da existência de uma desarticulação entre temas que compõem o debate que levou a uma primeira pesquisa exploratória das percepções sobre a escola justa, na visão de seus protagonistas.

Tratou-se, assim, de produzir uma vizinhança entre temáticas que, por momentos, apresentavam-se separadas, desarticuladas. Essa tentativa de articulação, mais reconhecida nas discussões sobre segurança pública e Justiça (no sentido estrito), como, por exemplo, nas análises sobre as formas de punir contemporâneas¹¹⁸, é pouco tratada

¹¹⁷ SCHILLING, Flávia. Violência na escola: reflexões sobre justiça, igualdade e diferença. In: HENNING, Leoni Maria Padilha; ABBUD, Maria Luiza Macedo (Org.). *Violência, Indisciplina e Educação*. Londrina: Eduel, 2010. p. 127-138. SCHILLING, Flávia. Quem sabe? Reflexões sobre a possibilidade de uma escola justa. In: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila Maria (Org.). *Pesquisa em Educação*. A diversidade do campo. Curitiba: Juruá/Instituto Memória/Fundação Araucária, 2008. p. 17-25.

¹¹⁸ Como, por exemplo, no livro: SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Org.). *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2006.

no âmbito da micro-justiça escolar, e, especialmente, quando desvinculada de práticas formalizadas, como as da justiça restaurativa, círculo restaurativo, mediação.¹¹⁹ Tais temas, porém, sugeririam novas maneiras de inter-relação, não podendo ser discutidos de forma isolada ou separada. Bauman levanta esta questão quando propõe discutir a justiça no marco da democracia e dos direitos humanos, tendo como seu horizonte a redução da violência:

Não é preciso mencionar que o problema da justiça não pode ser sequer postulado a menos que já haja um regime democrático de tolerância que assegure, em sua constituição e na prática política, os direitos humanos – ou seja, o direito de conservar a própria identidade e singularidade, sem risco de perseguição.¹²⁰

Apresentei um segundo projeto para renovação da bolsa PQ, que tem como título “Justiça, Direitos Humanos e violência: a Escola Justa e as práticas da Justiça Restaurativa no marco do projeto Justiça e Educação”. Este projeto foi aprovado em fevereiro de 2012 e terá vigência de 01/03/2012 a 29/02/2016, tendo passado para pesquisadora nível 1D.

Trata-se de uma continuidade da pesquisa anterior que tentou decifrar quais seriam as articulações existentes entre as temáticas no âmbito acadêmico e que desenvolveu pesquisas empíricas sobre o que seria uma escola justa na opinião de seus protagonistas. Trabalhamos assim, naquele primeiro momento, sobre o eixo dos saberes sobre a questão. Nesta segunda parte da pesquisa propusemos uma análise de uma política pública da SEE/São Paulo, o “Programa Justiça e Educação: Parceria para a Cidadania” que propõe, entre outras medidas, a formação de professores-mediadores e a justiça restaurativa nas escolas. Analisaremos o programa e estudaremos uma escola pública na cidade de São Paulo, no bairro de Heliópolis onde se inicia, em 1996, o projeto das práticas da justiça restaurativa. Trabalharemos, assim, no eixo das matrizes normativas.

A pergunta central é: nos tempos atuais, só é possível a justiça no marco da justiça restaurativa? Não é possível uma escola justa sem este marco normalizador?

Neste livro, há uma multiplicidade de possibilidades de articulação entre justiça, governança, segurança, punição. Há uma forte ênfase nas formas alternativas de resolução de conflito como chave para a resolução dos impasses do Judiciário.

¹¹⁹ Esta foi uma questão explorada em uma dissertação de mestrado por mim orientada que analisou os documentos emitidos pela SEE/SP, Normas de Conduta e Sistema de Proteção Escolar. TIBÉRIO, Wellington. *A judicialização das relações escolares: um estudo sobre a produção de professores*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Orientação: Flávia Inês Schilling.

¹²⁰ BAUMANN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 82.

Michel Foucault (2010)¹²¹ nos auxiliou na organização da perspectiva metodológica do trabalho a partir de sua análise dos “focos de experiência” ou “matrizes da experiência”, principalmente, na primeira parte da pesquisa, em sua vertente das formas de um saber possível. Os focos de experiência articulam, segundo o autor, uns sobre os outros, as formas de um saber possível, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos e os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis (FOUCAULT, 2010, p. 4). Daí a impossibilidade de separação das vertentes assim como sua irreduzibilidade, conforme as propostas de Derrida (1997), em sua análise específica sobre justiça e direito, apontando para a existência de relações simultaneamente heterogêneas, necessárias e irreduzíveis: daí a possibilidade de analisar as vertentes da verdade, do poder e do sujeito como campos heterogêneos e interpenetrados, sobrepostos e em constante tensão e deslocamento uns em relação aos outros.

He intentado mostrar, en efecto, que la justicia era irreductible al derecho, que hay un exceso de la justicia en relación con el derecho, pero que, no obstante, la justicia exige, para ser concreta y efectiva, encarnarse en un derecho, en una legislación. Naturalmente, ningún derecho podrá resultar adecuado a la justicia y, por eso, hay una historia del derecho, por eso los derechos del hombre evolucionan, por eso hay una determinación interminable y una perfectibilidad sin fin de lo jurídico, precisamente porque la llamada de la justicia es infinita. [Una vez más, ahí, justicia y derecho son heterogéneos e indisociables. Se requieren el uno al otro.] (DERRIDA, 1997, p. 5).¹²²

É a justiça irreduzível ao direito? Uma escola com as relações escolares judicializadas é uma escola mais justa? A formalização das práticas de justiça leva a mais justiça? O professor justo é aquele que recebeu o título de professor mediador? Não é possível ser justo sem ter tido a capacitação?¹²³

¹²¹ FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

¹²² DERRIDA, Jacques. *Sobre la hospitalidad*. Disponível em: <<http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/hospitalidad.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012. Entrevista em Staccato, programa televisivo de France Culturel produzido por Antoine Spire, em 19 de dezembro de 1997, tradução de Cristina de Peretti e Francisco Vidarte em DERRIDA, J. *¡Palabra!*. Edición digital en castellano.

¹²³ Além da dissertação de mestrado já citada que tratou sobre a judicialização das relações escolares e seu impacto sobre o professor, cabe mencionar uma tese de doutorado recentemente por mim orientada: BOONEN, Petronella Maria. *A justiça restaurativa, um desafio para a educação*. 2011. 247 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Outra referência para o debate é a tese de doutorado de: SCHULER, Betina. *Veredito*. Escola, inclusão, justiça restaurativa e experiência de si. 2009. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. A autora apresenta uma visão muito crítica da experiência da justiça restaurativa nas escolas.

Perguntas. Perguntas que geram perguntas e que promovem uma problematização do presente, de quem somos, como estamos aprisionados em nossa história, de que forma poderíamos ser diferentes.

A chave dessa luta está na provocação de Foucault (2005, p. 246): “Qual é a resposta para a questão? O problema. Como resolver o problema? Deslocando a questão.”

Pensar problematicamente – eis o ato perigoso que desarma os gestos obedientes que já sabem formular as respostas certas às perguntas previamente cifradas. Problematizar, condição arterial do pensamento; pressupõe formular perguntas insuspeitas, transgredindo as regras do jogo, instituindo outros jogos, enfim.

Quem sabe, pensar seria forjar o singular, a possibilidade de novas formas de viver e de estar no mundo. Foucault diria ainda, em seus ditos e escritos, que pensar/resistir seria tentar dizer sim à divergência, comportaria um pensamento afirmativo do múltiplo, do disperso e do nômade.

Voltemos assim ao nosso problema de largada. Como resistir/Como (sobre)viver? Ora, não se trata de responder a tais questões na arena já colonizada dos jogos de ação/reação. Trata-se, sim, de atentar para a condição singular dessa pergunta que nos arremessa a um outro horizonte de experiência de resistência: a indissociabilidade entre pensamento e corpo, pensamento e vida.

[...] Pensar/resistir não é tarefa solitária. Requer encontros. Exige companhia corajosa. Impõe o tempo da escuta, em orquestração silenciosa. Demanda cuidados com aquilo que se encontra. Com o outro, com aquele que chega ao mundo, que tenta entrar em uma ordem do discurso. Educar/formar/resistir. Desorientar, mostrar os trilhos e os demais caminhos que poderão ser percorridos, atalhos mais perigosos, porém surpreendentes.

Mas pensar como ato perigoso é também fazer a dobra dessa quietação necessária. É inventar – pois não existe – o tempo lento do pensamento, o tempo do pensamento a contrapelo. É implicar-se no transtorno desses encontros. Com o outro, contra os outros. É pensar cortando o jogo consolador do comentário do mesmo. Do mesmo, sobre os mesmos, com os mesmos, contra os mesmos.

Quem sabe arriscamos encontrar pistas para a diferença na literatura, em novos autores, naqueles esquecidos, nos arquivos empoeirados, na fala das esquinas? Sempre em vizinhança perigosa com aqueles que nos moldaram o pensamento e a linguagem? ¹²⁴

5. Quando a pesquisadora é o objeto de pesquisa – Nos últimos anos, tenho acompanhado – sempre com certa surpresa – um movimento que me faz “objeto de pesquisa”. Algumas iniciações científicas, um mestrado, um pós-doutorado.¹²⁵ Além das muitas menções em livros sobre a ditadura militar, as entrevistas e os depoimentos sempre estiveram presentes, mas também aumentam nos últimos anos: para um livro sobre a condição das mulheres reféns, condição que vivi durante mais de dois anos, produzido no Uruguai;¹²⁶ sobre as formas do silêncio;¹²⁷ para a memória da anistia.¹²⁸ Uma intervenção artística me tocou: de Ana Teixeira, “empresto meus olhos aos seus: expedição rumo ao sul”.¹²⁹ Ver e ser visto, novamente a narrativa que envolve a memória, os jogos difíceis da verdade.

3.3.4 Publicações

Foi interessante perceber que o item mais valorizado atualmente da nossa produção – as publicações – apareceu vinculado a ações, intervenções, pesquisas. Elas, em si, nada são. Muitas intervenções produziram publicações e, desta forma, permanecem, apontando os caminhos teóricos que percorro.¹³⁰ É isso que acredito devam ser: produto de ações, de pesquisas. Cabe dizer quantos? Ou deixamos essa tarefa para o Lattes? Pobre Lattes! 32 artigos, 21 capítulos de livros, nove livros entre publicados e organizados, publicações em anais de congressos, muitos publicados em revistas de divulgação e que não pontuam mas cumprem uma função de valor inestimável para a aproximação da Universidade com as demais instituições. Lamento, por momentos, sentir que, nos últimos anos, nos tornamos mais

¹²⁴ SCHILLING, Flávia; RIBEIRO, Cíntya. Pensar é resistir. In: VALVERDE, A. *Maurício Tragtenberg, dez anos de encantamento*. São Paulo: Educ, 2012. p. 175-188.

¹²⁵ Menciono especialmente o trabalho de pós-doutorado de Susel de Oliveira da Rosa, orientado por Margareth Rago, na Unicamp. Há um primeiro artigo, fruto do trabalho: ROSA, Susel de Oliveira da. Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência. *Labrys, estudos feministas*, Brasília, Montreal, Paris, p. 1-17, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys15/ditadura/susel2.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

¹²⁶ Um trabalho de Rafael Sanseviero, ainda inédito.

¹²⁷ SCHILLING, Flávia. Silenciamentos e resistência. In: PERDIGÃO, Andréa Bonfim (Org.). *Sobre o silêncio*. São Paulo: Pulso, 2005.

¹²⁸ Projeto Marcas da Memória. Parceria Comissão de Anistia (MJ), UERJ, UFRGS.

¹²⁹ Instigada por Julio Groppa Aquino, Ana vai a Punta Rieles tentar fotografar a prisão. O relato (a obra) está em <<http://www.anateixeira.com/acoes.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

¹³⁰ Alguns exemplos, entre outros: SCHILLING, Flávia. Ética, promessas. Psicanálise, infância, educação. In: COLÓQUIO DO LEPSI, 3., 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: IP/FEUSP, 2002. SCHILLING, Flávia. Falando sobre a ética e os direitos humanos em tempo de epidemias. In: COLÓQUIO DO LEPSI, 4., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: IP/FEUSP, 2004. SCHILLING, Flávia. A multidimensionalidade da violência. In: CARVALHO, J. S. F. de (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 209-223.

“contabilistas”, quem sabe mais mesquinhos com a nossa produção: “vale a pena? Pontua?” Tento escapar e ainda lançar alguns escritos ao vento.

3.3.5 Extensão!

Foram dez anos de participação na Comissão de Cultura e Extensão da FEUSP, em diferentes lugares, como membro, vice-presidente e presidente da comissão. Nesse tempo, quantas descobertas de projetos transformadores, importantes e tão invisíveis para a própria Faculdade. Um dos mais interessantes é o de professores da rede pública como alunos especiais, em nossas disciplinas. Estou iniciando a coordenação de uma IC que pretende organizar o material existente sobre esse longo trabalho de quinze anos da Faculdade. Algumas vitórias e avanços nesses anos: a disciplina Atividades em cultura e extensão: práticas formativas; a ampliação da visibilidade da cultura e extensão; a consolidação de linhas de financiamento próprias. Retrato de uma dispersão, permite-nos ver o alcance da Faculdade no mundo: este é um dos indicadores qualitativos mais importantes da nossa atividade. Por onde andamos, com quem estamos? Há números, também, informados pelo Lattes. São 140 eventos formais listados, palestras, debates, simpósios, conferências. São, além disso, ações e conversas na FDE, no Ministério da Justiça, na Ação Educativa, com a Pastoral Carcerária, Instituto Sou da Paz, Núcleo de Estudos da Violência, Prefeituras, Rede Pública de Ensino, programas de TV, rádio, publicações em revistas e jornais.

3.3.6 Atividades institucionais

Não listarei, por ser uma tarefa impossível, a quantidade de atividades destes anos da Faculdade de Educação: foram muitas e muito desafiadoras. Internas e externas.

Pareceres, participações em bancas de ingresso na Pós-Graduação, em concursos públicos. Pareceres Fapesp, CNPq, pareceres para revistas do Brasil. Muitos pareceres, incontáveis. Participei da Comissão de Cultura e Extensão desde 2001 e, desde 2003, dividi com o Prof. Fusari, a responsabilidade por sua condução, como vice-presidente. Fui presidente da CCEX por dois mandatos, de 2006 a 2010. Fui suplente no CO pela

Congregação e depois fui titular no CO pela Congregação. Foi muito interessante participar das reuniões do CoCEX, participar do CO, representar a faculdade, fazer uma outra política, a política universitária. Foi, também, perder algumas ilusões, perceber a heterogeneidade das diversas Unidades, os conflitos de interesses, as dificuldades. Foi, principalmente, um exercício de abertura, de escuta, de tolerância, de briga (quando a situação assim o requeria). Conheci a USP. Participei sempre como membro titular do Conselho do Departamento e fui vice-chefe do Departamento de 2009 a 2011. Um trabalho que me agradou especialmente foi o realizado na presidência da primeira Comissão de Ética na Pesquisa da FEUSP, junto com Lúcia Bruno e Elba Siqueira. Elaboramos um primeiro documento (que é, até hoje, o documento-base do nosso trabalho). Integrei o grupo que pensou o formato do INCLUSP. Cabe mencionar minha condição de membro do conselho consultivo do Instituto Sou da Paz. Fui membro titular e agora sou suplente na Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Democracia, Direitos Humanos e Tolerância da USP. Foi uma grande experiência. Novamente deveria consultar o Lattes para lembrar a participação em outras comissões ou conselhos: da escola de Aplicação, da FAFE, do USP-Recicla. Experiências valiosas, de gestão coletiva dos rumos da Unidade. Novamente, excelente exercício de quebra de preconceitos, de abertura ao outro, de colocação de limites, de luta.

4 UM CERTO FIM

Sinto-me, mais do que nunca, construindo meu lar na encruzilhada, aqui em São Paulo, tendo chegado à metrópole, ao Sudeste. Talvez com ênfase na palavra “lar”, com o que isto queira significar.

Quero terminar, comentando que este trabalho de elaboração do memorial – memória para armar – foi importante: talvez tenha sido um apanhado caótico de algumas memórias, mas penso que retratam, de alguma forma, alguns caminhos da vida. Pedaçoes de um arquivo.

O que é o arquivo? É o retrato de uma dispersão. Seu arquivo, imenso, complexo, incentivava e apoiava que se lesse muito, que se lesse tudo. O que é “pertinente” ao seu estudo, você já sabe. Estude muito, principalmente aquilo que aparentemente não é importante (ou “pertinente”). Era um arquivo impertinente. Do mesmo e do resto. Das vizinhanças insólitas. O retrato de uma dispersão.

Isso é suficiente? Não. Não basta ter um arquivo. Todas as instituições têm o seu: um arquivo morto. O arquivo que servirá de base para o pensamento como resistência, fundado em uma atitude ético-política de crítica ao modo como somos governados, que procura pela possibilidade de novas formas de liberdade, é um arquivo que circula, um arquivo vivo. O mandato é: seja generoso com o seu arquivo e com o que descobriu. Faça-o circular. É o oposto ao arquivo morto. Um arquivo vivo. Estamos aqui, agora, aprendendo com os nossos arquivistas de arquivos-vivos. Generosos.

O que isso produz, o que gera, o que provoca? O que nos deixa esse arquivo, esses encontros? A paixão pelo saber, a erudição. “A preguiça febril da terna, grande e calorosa maçonaria da erudição inútil”¹³¹. Erudição inútil até que possamos, quem sabe, usá-la para reorganizar o arquivo, encontrar, nesse estudo febril, uma pergunta importante ou inédita. Quem sabe, detectar relações novas entre o que estava separado e compartimentado. Rever aquilo que havia sido esquecido ou que estava dito e não “vingou” e que agora, a partir de um olhar com os olhos bem abertos ao nosso presente, é pleno de potência.

Sem saber de antemão se esse movimento será profundo e coerente ou caótico e brincalhão como o movimento do boto. [...]

O encontro com arquivos já se faz como experiência de convocação ao pensamento. Não se atravessa por tais provocações impunemente. O convite é para mirar

¹³¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 168.

os registros de forma genealógica, interrogando-lhes a partir de um problema-vivo, entranhado no corpo da atualidade.

*Quando Drummond está à procura da poesia, ele sugere:*¹³²

*Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário [...]
Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

Trouxeste a chave? Trouxeste a chave? Eis a pergunta silenciosa que reverbera incessante no gesto diagnóstico e cartográfico do trabalho do pensamento. E entre os múltiplos “reinos das palavras”, entre tanto arquivos que, “paralisados em estado de dicionário”, se ofertam ao ineditismo do encontro, a literatura ocupa um lugar singular no trajeto desses pensadores. [...]

*Linhas pontilhadas que implicam: crítica ao poder, à ordem do discurso, ao mesmo, à repetição. Que retomam o saber histórico das lutas e dos combates. Do mesmo e do resto. Te interrogam: onde estás? O que farás com o que sabes sobre ti, sobre a tua relação contigo e com o teu presente compartilhado? Trouxeste a chave?*¹³³

Trouxeste a chave?

São Paulo, fevereiro de 2012.

¹³² ANDRADE, Carlos Drummond de. Procura da poesia. In: _____. *A Rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 5.

¹³³ SCHILLING, Flávia; RIBEIRO, Cintya. Pensar é resistir. In: VALVERDE, A. (Org.). *Maurício Tragtenberg, dez anos de encantamento*. São Paulo: Educ, 2012. p. 184-185.